

CAPÍTULO 3

COGNIÇÃO SOCIAL

Marcos Emanuel Pereira
Gilcimar Souza Dantas

INTRODUÇÃO

Por que estamos no mundo? Se a resposta para essa questão for a de que aqui estamos para aprender, ela se aproxima do foco de interesse dos estudos na área da cognição social, uma das principais vertentes teóricas da psicologia social. Aprender, no entanto, pode significar muita coisa. Circunstantialmente aprendemos algumas coisas muito rapidamente e conseguimos automatizar aquilo que aprendemos sem muitas dificuldades e sem esforço, embora nem sempre as coisas sejam assim tão fáceis, pois aprender pode ser um processo lento, requerendo do aprendiz uma certa dose de esforço e alguma persistência. Devemos diferenciar, portanto, o campo da psicologia da aprendizagem da área da cognição social, pois esta última se relaciona de uma maneira mais acentuada não com a aprendizagem em si, mas como a maneira pela qual nós, humanos, apreendemos, oferecemos sentido e reagimos ao mundo que nos cerca. Os estudos psicológicos e psicossociais sobre a cognição se fundamentam em uma premissa básica: o conhecimento que alcançamos a respeito do mundo e dos outros é uma condição essencial para a sobrevivência. Se os animais esquadrinham atentamente o mundo em que vivem e procuram se apartar dos estímulos aversivos e se aproximar das coisas que podem proporcionar bem-estar, o ser humano vai além

da mera percepção sobre o que está ocorrendo. Processamos as informações, raciocinamos sobre os elementos submetidos a processamento e procuramos identificar as causas dos eventos físicos e as razões das condutas e ações humanas. Essa capacidade de raciocinar sobre as causas e razões dos eventos do mundo físico e das ações humanas é um dos elementos mais importantes na caracterização da natureza humana e uma das premissas básicas de estudo da cognição social (Moskowitz, 2005).

O presente capítulo, dedicado à apresentação da perspectiva da cognição social, está organizado em quatro seções, além desta apresentação inicial. Na seção 2 discutimos estudos que antecederam à formalização da perspectiva da cognição em meados da década de 1960. Indicamos quão difícil é identificar os primeiros estudos cujos interesses se ajustam aos trabalhos atuais na perspectiva da cognição social, uma vez que a reflexão sobre o conhecimento e sobre as relações entre os humanos tem sido corriqueira desde o alvorecer da humanidade. Dispomos de antigas teorias sobre o ambiente e sobre como os humanos são determinados e ao mesmo tempo interferem e interagem com o ambiente físico e social em que vivem. Da mesma forma, devemos reconhecer que os primeiros humanos desenvolveram teorias da mente, o que nos obriga a reconhecer o quanto estas teorias os ajudaram a se posicionar frente a si mesmos, aos demais e ao ambiente em que viviam. As teorias sociocognitivas contemporâneas despontam a partir do momento que se introduz uma terceira categoria analítica entre o ambiente e as ações humanas, os mediadores cognitivos. Esse conceito nos ajudará a discutir as grandes questões norteadoras dos primeiros estudos da área: como o conhecimento é organizado? Qual a melhor maneira de estudar esse processo? Quais as concepções de ser humano subjacentes a essas questões?

A terceira seção, dedicada à apresentação de dois tópicos centrais de estudo na perspectiva de estudos da cognição social, será iniciada com a discussão da hipótese dos processos duais, na qual é postulado que dispomos de dois sistemas de aprendizagem: um que nos habilita a lidar com rotinas, sendo o mais apropriado para entender os hábitos, os automatismos e a aprendizagem de natureza mais mecânica; e um segundo, que oferece o substrato para lidar com a introdução do novo, do incomum e do inesperado, ajustando-se melhor à explicação de modalidades mais elaboradas, refletidas e circunstanciadas de aprendizagem.

A discussão sobre os processos duais será o ponto de partida da apresentação de um segundo tópico especializado de estudos na área da cognição social, no qual introduzimos a noção de raciocínio heurístico. Essa seção apresentará reflexões sobre o duplo papel desempenhado pelos vieses, pois eles podem ser interpretados tanto no sentido de representarem meios para implementar atalhos que nos afastam do conhecimento validado quanto como dispositivos que, ao se manterem consonantes com os princípios da economia cognitiva, exercem um forte impacto na implementação de decisões rápidas, eficientes e frugais.

Uma vez discutidos os dois temas clássicos de pesquisa na área da cognição, apresentaremos uma breve reflexão sobre os desenvolvimentos atuais na área. A discussão será organizada a partir da noção de interconexões, o que nos levará a apresentar as articulações entre o campo de estudos da cognição social e outras áreas especializadas do conhecimento com as quais a perspectiva da cognição social mantém relações de

proximidade teórica, conceitual, temática e metodológica. Essa decisão nos levará a, segundo a perspectiva filosófica do realismo crítico, repassar um conjunto de estudos em diversas áreas de estudo da cognição social.

Finalizaremos o capítulo apontando para as perspectivas de desenvolvimento futuro na área e indicaremos os campos que oferecem possibilidades de aperfeiçoamentos teóricos e metodológicos, bem como destacamos os desafios a serem enfrentados pelos estudiosos nos próximos anos.

Cumpre-nos, antes de passar à próxima seção, apresentar uma definição inicial de cognição social, qualificando-a como um campo especializado da psicologia social dedicado ao estudo e à pesquisa das relações entre a pessoa e o ambiente social mais amplo. Essa abordagem ganhou relevância por representar uma ruptura com as teorias inteiramente centradas na noção de processamento de informações, nas quais a ênfase recaia nos processos sensoriais, perceptuais, atencionais, bem como na identificação de como o conhecimento é representado sob a forma de imagens ou significados, posteriormente armazenados e evocados quando as circunstâncias exigem do percebedor alguma modalidade de julgamento fundamentado nos processos mentais superiores que, por sua vez, oferece suporte para a tomada de decisões e para a ação.

A adesão ao pressuposto expresso nos obriga a afirmar que o centro das preocupações dos estudiosos da cognição social não pode ser interpretado simplesmente como reflexões relacionadas apenas ao ato de pensar. A cognição social está intrinsecamente associada às ações humanas, sejam as que se manifestam no ambiente físico mais imediato, sejam as que ocorrem em um contexto social mais amplo.

3.1 ANTECEDENTES E ESTUDOS INICIAIS

Ainda que a abordagem da cognição social tenha ocupado uma posição de destaque nas últimas décadas de desenvolvimento na área da psicologia social, os temas abordados não são necessariamente novos, pois vêm sendo objeto sistemático de escrutínio na filosofia, na psicologia e em outras disciplinas científicas. A ênfase atribuída ao papel do sistema de processamento da informação e o seu impacto na percepção e cognição dos grupos humanos e seus membros é uma característica básica da psicologia social cognitiva embora, em certo sentido, afora o ente ao qual os estudos se referem, os seres humanos, esta caracterização não permita diferenciar esta abordagem daquelas conduzidas em uma série de disciplinas dedicadas a estudar a maneira pela qual os seres humanos processam e organizam a informação.

Conforme assinalamos, a noção de mediadores cognitivos é essencial para a caracterização da abordagem da cognição social (Bandura, Adams, & Beyer, 1977). Tais dispositivos podem ser caracterizados como entidades localizadas numa posição intermediária entre o agente cognitivo e o ambiente ou contexto social. Presume-se que o agente percebe, reconhece, avalia e julga os demais humanos a partir das estruturas prévias de conhecimento disponíveis, o que depende da maneira pela qual o conhecimento é registrado e representado (Anderson, 2020). A Figura 1 identifica duas

formas de se conceber as relações entre o agente cognitivo e o ambiente social e diferencia uma modalidade na qual se presume que as interações (representadas por setas bidirecionais), entre agente e contexto são diretas (modelo A) e uma segunda formulação, na qual são introduzidos estruturas cognitivas, os mediadores, a exemplo das crenças, atitudes, expectativas e estereótipos, que desempenham um papel essencial no entendimento de como o conhecimento é organizado e utilizado no julgamento social, na tomada de decisões e na ação (ver Capítulos 4 e 12 deste Manual para uma revisão).

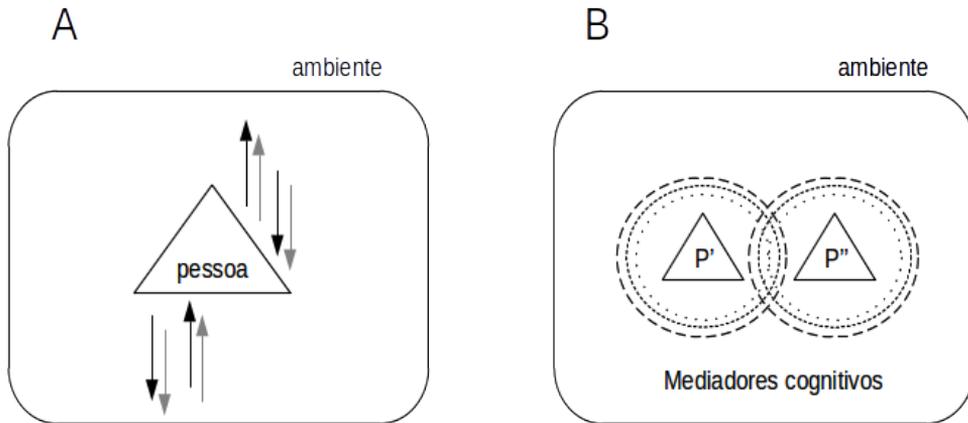


Figura 1 – A posição dos mediadores cognitivos entre a pessoa e o ambiente.

O até aqui apresentado evidencia a proximidade entre as abordagens da cognição social e a da psicologia cognitiva, sendo plausível admitir que inicialmente as diferenças entre estas duas disciplinas se relacionam com a natureza dos fenômenos estudados (Fiske, 2004; Fiske & Taylor, 1991; Hamilton, Devine, & Ostrom, 1994; Ostrom, 1984). Para esclarecer em que sentido agregar o qualificativo social ao termo cognição representou um novo entendimento a respeito das questões tradicionalmente abordadas na psicologia social, Augoustinos, Walker e Donaghue (2006) apresentaram algumas diretrizes que ajudam a entender o diagrama encontrado na Figura 1. Conforme observado, podemos postular que no modelo A o agente estabelece, de forma intencional ou não, uma série de relações com o ambiente em que vive, influenciando e sendo por ele influenciado, o que demarca a caracterização dessas relações mútuas como de interdependência. Uma vez que as pessoas presentes no ambiente social percebem, assim como são percebidas pelo agente cognitivo, as cognições são mútuas e envolvem uma série de negociações entre quem percebe e quem é percebido, o que determina um papel preponderante das percepções subjetivas das pessoas em interação e define que as pessoas envolvidas na interação são percebidas ao mesmo tempo como sujeito e objeto das próprias e das percepções dos outros. Isso significa afirmar, portanto, que os objetos do conhecimento não são estáticos, podendo sofrer transformações ao se reconhecerem objeto de avaliação e julgamento, o que torna a veracidade ou a precisão das cognições a respeito das outras pessoas bem mais difícil de ser esti-

mada, que no caso de objetos naturais, que pela sua própria natureza só podem ser modificados pela ação de agentes externos. Uma vez concebida a cognição como compartilhada (conforme o modelo B), o conhecimento a respeito dos outros envolve distintas modalidades de explicações e estas levam em consideração não apenas os eventos nos quais os agentes estão envolvidos, bem como a estimativa de como as estruturas do conhecimento podem oferecer sentido e as diretrizes que presidem as possíveis interações.

Em um notável esforço de síntese, Manstead (1999) sinalizou que os impactos da introdução da abordagem da cognição foram identificados em três dimensões da psicologia social: a da formulação dos problemas de pesquisa, a da metodologia da investigação e a da formulação da teoria.

3.1.1 QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE PESQUISA

Em relação ao primeiro plano, o da formulação dos problemas de pesquisa, é fundamental esclarecer em que sentido a cognição de objetos sociais (alguém acaba de perder uma carteira no meio da rua) difere da cognição dos objetos não sociais (a carteira perdida). Essa questão é importante uma vez que pode ser identificada uma tendência a conceber a cognição social como um processo mais complexo e heterogêneo do que a cognição dos objetos não sociais (Schneider, 2004).

Trata-se, no entanto, de uma questão em disputa, pois é possível supor que os processos que envolvem o tratamento da informação não diferem em função do objeto que é processado: é necessário perceber, representar a informação, armazená-la na memória e evocá-la para conduzir os julgamentos ou para tomar alguma decisão. Nesse sentido, pouco importa o conteúdo, sendo razoável supor que o sistema de processamento humano possui uma arquitetura específica e esta independe do objeto a ser processado, pois o processamento segue a lógica das estruturas cognitivas, sendo pouco ou nada dependente da natureza da informação tratada. Parece aceitável diferenciar quatro fases distintas no processamento da informação social (Wyer & Srull Jr., 1986):

- a codificação;
- o arquivamento e a recuperação da informação;
- o julgamento; e
- a ação.

Na fase de codificação, a informação é interpretada e organizada a partir da utilização de esquemas mentais previamente disponíveis, ocorrendo a transformação das pistas e estímulos externos em elementos internos: as representações mentais. O papel dos processos atencionais é decisivo neste particular, pois a atenção irá interferir tanto na seleção dos estímulos a serem percebidos e codificados, como também no esforço despendido para a assimilação do conteúdo e posterior consolidação na memória. A fase seguinte do processamento envolve o registro e o armazenamento da

informação, manifestando-se especialmente nas circunstâncias em que as pressões e as demandas situacionais tornam imperativa a utilização dos conteúdos para o desempenho das atividades conduzidas amiúde na vida cotidiana. Na terceira fase do processamento da informação social, o conteúdo codificado, armazenado e recuperado é utilizado nas diferentes tarefas que exigem alguma modalidade de julgamento. Nesse caso, ocorre a compreensão das implicações dos possíveis cursos de ação, bem como a combinação das informações recuperadas com os conteúdos previamente disponíveis nos esquemas mentais armazenados, o que possibilita a tomada de decisões relativas aos elementos em escrutínio. Finalmente, ocorre a expressão manifesta ou implícita da conduta social, sendo o resultado interpretado como um efeito da interação entre o fluxo atual de acontecimentos e o conhecimento codificado, recuperado e adotado nas decisões e na formulação de planos de ação.

Uma interpretação alternativa a essa formulação requer a admissão de que o entorno humano pode não ser processado da mesma maneira que os objetos naturais, o que acarreta suspeitas no entendimento das equivalências entre o processamento da informação social e a dos objetos presentes no mundo físico. Em primeiro lugar, é presumível que os agentes cognitivos, ao se defrontarem com outras pessoas em um encontro social, procurem ir além da informação imediatamente oferecida pelos sentidos. Em segundo lugar, sabe-se que os objetos da cognição, como as crenças e os julgamentos, podem ser modificados através do processamento da informação. Em terceiro lugar, toda a cognição social é avaliativa nas suas implicações, uma vez que sempre existe alguma forma de envolvimento afetivo entre quem percebe e quem é percebido. Enfim, um quarto problema, relaciona-se com a retomada, na corrente principal da psicologia, da preocupação com o papel da informação que o agente não tem consciência durante o processamento da informação (Schneider, 2004) e de que talvez tentemos ser mais cuidadosos em relação ao processamento das informações sociais do que nas circunstâncias em que nos deparamos com os objetos não sociais.

3.1.1.1 A organização do conhecimento

Uma questão suscitada pela introdução da perspectiva cognitiva na psicologia social se relaciona com a organização do conhecimento. A ênfase nos mediadores cognitivos pressupõe a possibilidade de analisar como ocorre o processamento, descrever as estruturas cognitivas envolvidas nestes processos, assim como esclarecer os mecanismos através dos quais as estruturas influenciam a percepção das interações e dos grupos humanos. As diversas tentativas de identificar a natureza das estruturas cognitivas foram conduzidas de acordo com os desenvolvimentos oriundos da psicologia cognitiva, sendo especialmente importante as contribuições dos estudos voltados para a análise das representações mentais constituídas a partir dos esquemas, protótipos e exemplares (Stangor & Schaller, 1996).

Esquemas mentais

Uma das formas mais usuais de se conceber a representação da informação na memória utiliza o conceito de esquemas. Um esquema pode ser definido como uma estrutura abstrata de conhecimento que contém o conhecimento geral sobre um do-

mínio, incluindo os fatores determinantes e as relações entre os atributos deste domínio, o que o habilita a oferecer meios e recursos para a formulação de hipóteses e para a interpretação dos estímulos de forma compatível com o conjunto da informação disponível (Taylor & Crocker, 1981).

O conceito de esquema não é unívoco, pois é possível fazer referências a esquemas de entes abstratos, a esquemas de objetos do mundo físico e social e a esquemas de eventos. Essa multiplicidade de acepções levou muitos pesquisadores a postularem diferenças entre os esquemas que a pessoa possui a respeito de si mesma, dos outros, dos papéis sociais que são desempenhados em diferentes contextos, dos grupos e mesmo de eventos sociais dotados de um certo grau de estereotipia. O esquema mental que cada pessoa elabora a respeito de si mesma se refere à avaliação que se faz dos comportamentos, sustentando-se, sobretudo, no julgamento a respeito dos traços mais marcantes da própria personalidade (Markus, 1977).

Os traços estáveis de personalidade podem ser utilizados tanto para a elaboração de esquemas mentais sobre si mesmo quanto para a elaboração de esquemas sobre as outras pessoas (Cantor & Mischel, 1977). Os esquemas sobre as pessoas definem o que se pode esperar dos outros, ajudando a decidir qual a modalidade mais apropriada de conduta a ser adotada nos encontros sociais com as diferentes classes de indivíduos. Uma vez que os indivíduos ocupam posições sociais claramente definidas na organização social e a interação com as pessoas que desempenham os mais diversos papéis sociais é um imperativo da vida moderna, também desenvolvemos esquemas mentais a respeito dos papéis sociais. Esses esquemas se relacionam, sobretudo, com as normas e expectativas geradas pelos próprios papéis. Um conjunto de expectativas encontra-se associado, por exemplo, a um médico, de quem se espera que seja capaz de fazer o diagnóstico e adotar as medidas terapêuticas apropriadas para combater os males que afligem os humanos. Além dos esquemas sobre si mesmo, sobre os outros e sobre as expectativas formuladas durante a interação com indivíduos que ocupam determinados papéis, os grupos sociais podem ser representados mediante esquemas. Um esquema grupal pode ser caracterizado como o conjunto ordenado de crenças disponíveis que permite definir os atributos de um grupo social. A presença de um esquema, fundamentado em estereótipos, sobre um grupo social é suficiente para influenciar a percepção que se tem sobre os membros deste grupo, interferindo em processos, como o foco de atenção, a interpretação da ação, assim como sobre o julgamento e o comportamento a ser adotado em relação aos membros do grupo.

O uso de esquemas mentais não se restringe apenas à representação de pessoas, sendo possível falar sobre esquemas de eventos. O conceito de roteiros (*scripts*), introduzido na psicologia cognitiva por Schank e Abelson (1977), se refere a um esquema cujo objeto é uma seqüência estereotipada de eventos. De modo geral, os conteúdos que permitem seguir um roteiro de ações não são explicitados e nem a pessoa possui consciência sobre cada um dos seus atos, retirando da memória este repertório sempre que se torna necessário. Os esquemas de eventos não se restringem a situações de duração restrita, sendo possível fazer referências a eventos de espessura temporal curta, como no caso dos roteiros de como se portar em um jantar ou em um restaurante, como também dos que se manifestam em uma escala de tempo mais duradoura. Ber-

nstein e Rubin (2004) solicitaram a estudantes dinamarqueses que listassem os sete eventos que mais marcam a vida de uma pessoa típica e estimassem a idade em que eles ocorrem. Os resultados apresentados na Figura 2 indicam os dez eventos mais frequentemente referidos e a época em que eles provavelmente teriam mais chances de se manifestar.

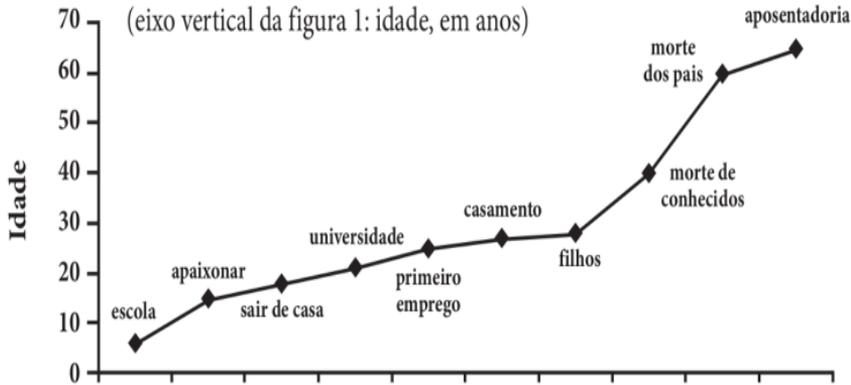


Figura 2 – Esquemas de eventos importantes na vida.

Os resultados mostraram que, apesar de diferenças pouco significativas no que concerne à flutuação nas idades estimadas, a sequência dos eventos não apresenta modificações entre diferentes culturas e indica que entre os 15 e os 30 anos de idade se manifestam uma série de eventos que correspondem a *scripts* culturalmente especificados.

Essa profusão de domínios aos quais pode ser aplicado terminou por levar muitos pesquisadores a suspeitarem que, apesar do valor heurístico que intrinsecamente ostenta, o conceito de esquema é demasiado abrangente, impedindo, inclusive, a formulação de predições objetivas sobre os processos envolvidos na conduta social.

Categorização social

Categoria é um termo descritivo usado para fazer referência à totalidade de informações que uma pessoa possui na mente sobre uma classe particular de objetos. O processo de categorização social pode ser entendido como uma tentativa de decidir se uma representação mental, a categoria, se ajusta a um conjunto de fatores de um determinado estímulo, no caso, os comportamentos e ações de uma pessoa (Moskowitz, 2005). Categorizar é um processo complexo e envolve a aplicação, por parte de um agente humano, de rótulos verbais a objetos presentes no mundo físico, mental ou social. Os rótulos verbais podem ser ativados e aplicados porque o processo de categorização corresponde à classificação do objeto como membro de uma classe, podendo-se supor, portanto, que o objeto possui atributos semelhantes aos membros da classe na qual ele foi incluído e diferentes dos membros das outras classes.

Relações entre as categorias

Nem todas as categorias são processadas da mesma forma. Categorizar um circunstante na rua como pastor evangélico não é tão simples como categorizar esta pessoa como adulto. As categorias primárias, assim denominadas por Allport (1962), proporcionam uma maior facilidade na assimilação e identificação dos objetos. As categorias sexo, raça e idade possuem critérios suficientemente salientes para que possam ser identificadas de forma rápida e simples, pois possuem diferenças visualmente destacáveis, o que permite um ajuste rápido e sem problemas do objeto percebido ao esquema mental disponível pelo percebedor. Algumas circunstâncias podem ser enganadoras e propiciar o uso inadequado das categorias, mas estes exemplos se referem apenas a casos particulares que não invalidam a norma geral. Os rótulos verbais aplicados a uma criança pequena são bem variados e podem incluir termos como infante, menina, garota, homenzinho, rapazinho ou guri. O contexto define claramente em que circunstância cada um desses termos pode ser utilizado.

Perspectivas teóricas sobre a categorização

As primeiras teorias sobre a categorização adotavam o princípio do “tudo ou nada”. Se um objeto dispõe de todos os elementos necessários e suficientes para a inclusão em uma categoria, então ele passa a ser visto como um dos itens de um conjunto de elementos que compartilham esses mesmos atributos definidores. Dessa forma, se a definição de pássaro incluir os elementos definidores, como presença de penas, de asas, de bico, colocar ovos e voar, então qualquer animal que possua estes atributos pode ser assim definido, mesmo que apresente diferenças quanto ao porte, ao ambiente em que vive ou ao tipo de alimentação que ingere.

Ocorre que é praticamente impossível listar todos os fatores que definem a inclusão de algo ou alguém em uma categoria. Ter duas patas ou cantar também não são elementos definidores da categoria pássaro? Além dessa dificuldade, nem sempre todos os elementos de uma categoria possuem todos os atributos definidores, assim como dispor de todos os atributos definidores não é um critério que permite incluir um determinado objeto em uma dada categoria.

Um problema enfrentado pela teoria clássica da categorização se refere à existência de alguns objetos considerados típicos de determinadas categorias. Quando se pensa, por exemplo, em um músico de orquestra sinfônica, qual a categoria mais facilmente evocada? A oboísta ou a pianista? O timpanista ou o violinista? A teoria clássica encontra dificuldades com as categorias dotadas de um certo grau de incerteza, que é o mais usual quando se trata de categorias sociais, pois neste caso a delimitação é frequentemente imprecisa e difícil de ser estabelecida.

Protótipos e exemplares

A teoria dos protótipos representa uma tentativa de superar as dificuldades apresentadas pela teoria clássica. Ela parte do entendimento que alguns elementos se ajustam perfeitamente aos fatores definidores da categoria, sendo facilmente rotulados, enquanto outros só podem ser incorporados à categoria após um esforço considerável. Pode-se falar, portanto, em exemplares mais típicos de uma categoria. Um protótipo

representa uma tendência central ou um conjunto de objetos relativamente variáveis e representativos de uma categoria. Os membros são percebidos como mais prototípicos quando ostentam um grande número dos fatores característicos da categoria, de forma que um protótipo deve ser entendido como uma representação abstrata dos componentes típicos, e não de todos os fatores de uma categoria.

O critério para a inclusão de um determinado alvo ou evento em uma categoria é a similaridade entre o objeto e a representação prototípica armazenada na memória. Um evento pode ser incluído na categoria 'batucada' desde que tenha dois atributos fundamentais, um grupo de pessoas, os músicos, e uma obra sendo executada pelos músicos em instrumentos de percussão. O fato dos músicos se movimentarem ou permanecerem estacionários, de estarem cercados por pessoas dançando ou de se apresentarem para um público acomodado em uma plateia ou a performance ocorrer no Brasil ou na Inglaterra, não é um fator essencial para a representação prototípica da categoria na memória. Uma representação prototípica é uma estrutura de conhecimento relativamente abstrata e, como tal, não permite a inclusão de detalhes ou de outros elementos que não são decisivos para a categorização.



Figura 3 – Uma batucada, mesmo na Inglaterra, continua sendo uma batucada.

Uma representação prototípica, no entanto, requer um certo tempo para ser formada e é construída de forma indutiva após uma série de experiências com objetos da categoria. Provavelmente, um morador de uma pequena vila em Kandahar não dispõe de qualquer representação sobre uma batucada, enquanto um brasileiro pode não ter a noção de quão delicioso é o *qabili palau*, um prato típico da culinária afegã, uma vez que nem sempre as pessoas dispõem de protótipos para decidir se um objeto pode ser incluído em uma categoria.

Outra dificuldade enfrentada pela teoria dos protótipos se relaciona com a variabilidade dos membros de uma determinada categoria. Qual a representação prototípica de um *outsider*? Seria um escritor *junk*, bêbado e drogado que passa o dia inteiro discutindo poesia e literatura em bares alternativos? Ou um *punk*, com uma vistosa cabeleira e a indumentária característica, bebendo cerveja nos bancos das praças e espalhando as latinhas ao invés de jogá-las na lata de lixo? Ou quem sabe um jovem olheiro de boca de fumo, que todos os dias arrisca a liberdade e a própria vida pelo bem dos negócios de um traficante? Todas essas variações poderiam ser subsumidas por uma mesma categoria ou seria mais apropriado afirmar que as pessoas adotam diferentes protótipos, a depender da situação ou circunstância? Isso não poderia ser interpretado como um limite do próprio conceito de protótipo? A teoria dos exemplares, ao contrário, sugere que solicitadas a refletir sobre os membros de um grupo, as pessoas tendem a evocar membros específicos de uma categoria. A categoria “instrumentista” muito rapidamente faz com que, a depender do caso, sejam evocados nomes, como os de Hermeto Paschoal, Egberto Gismonti ou Mestre Vieira de Barcarena, e não uma representação prototípica de um músico. Isso ocorre porque a representação dos exemplares é mais concreta e, como tal, mais vívida e facilmente acessível. Como o número de exemplares está sujeito a uma maior variação, a teoria permite a inclusão com mais facilidade de objetos com os quais a pessoa possui menos familiaridade, pois os limites da categoria são bem mais fluídos que no caso da teoria dos protótipos. A teoria dos exemplares, no entanto, enfrenta dificuldades. A principal delas reside na incompatibilidade entre a crença de que os seres humanos tenham disponibilidade de tratar com fluidez a enorme quantidade de exemplares armazenados na memória e presentes no mundo social e realizar todos os cálculos mentais necessários para a inclusão ou exclusão dos membros em uma ou várias categorias, sem que estas operações, segundo a perspectiva da economia cognitiva, sejam exaustivas. A teoria dos exemplares guarda, portanto, uma forte incompatibilidade com a metáfora do ser humano avaro cognitivo, assim como não se beneficia das exceções proporcionadas pelo modelo do ser humano taticamente motivado.

Teoria essencialista da categorização: os criminosos como exemplo

Teorias posteriores introduziram outras formas de circunscrever a questão da categorização. As diferenças entre esses modelos e as teorias como as dos protótipos e dos exemplares serão aqui consideradas segundo a perspectiva da categorização das pessoas privadas de liberdade. A tese da essência do criminoso se sustenta em uma premissa expressa pela antiga escola positivista italiana de direito penal, a qual admitia que as ações criminosas não decorrem de atos de má vontade e nem são perpetradas por uma decisão volitiva do criminoso, mas sim porque este é o portador de uma tendência ausente nas pessoas normais. Justificar-se-ia, assim, o direito de punição ao criminoso, pois apesar deste não poder vir a ser responsabilizado pelo crime, seria potencialmente perigoso para a vida em sociedade. Em outros termos, essa tradição de pensamento sustenta que se os criminosos cometem os seus crimes, eles o fazem pelo fato de serem biologicamente inclinados para tal, justificando-se assim a suspeição de que jamais deixarão de ser criminosos. O que fundamenta a enorme aceitação de crenças essencialistas sobre as categorias sociais? Por que apesar da atual negação

veemente das teses lombrosianas, a visão essencialista sobre os ex-presidiários não é colocada em dúvida?

O essencialismo, uma teoria que postula como as pessoas comuns elaboram a percepção que possuem a respeito dos grupos, sugere que os membros do endogrupo, apesar das semelhanças superficiais, são percebidos como entes que compartilham com os outros membros uma estrutura profunda que permite diferenciá-los dos membros dos outros grupos (Yzerbyt, Rocher, & Schadrion, 1997). Tais elementos de profundidade determinam o predicativo que poderia ser qualificado como a essência do grupo. Medin (1989), em um artigo que gerou um forte impacto na literatura sobre a categorização, introduziu a noção de essencialismo psicológico, caracterizando-a como a tendência a agir como se as coisas possuíssem essências, ou estruturas subjacentes que as tornam aquilo que elas são. A formulação exposta por Medin difere da visão clássica da categorização, que se assenta no princípio de que qualquer conceito capaz de servir como uma matriz categorizadora deveria possuir todos os fatores necessários e definidores da categoria. O critério decisivo para a formação de categorias seria, segundo a visão clássica, a similaridade entre os objetos a serem categorizados, no sentido que o sistema de classificação humano tenderia a exagerar as similaridades entre os membros de uma mesma categoria e a desconsiderar as similaridades entre os membros de categorias distintas.

Os limites da visão clássica já foram expostos anteriormente, de forma que aqui é necessário acentuar apenas o impacto de alguns elementos, por exemplo, a impossibilidade de especificar toda a lista de fatores capazes de compor uma categoria psicológica ou a maior tipicidade de alguns referentes da categoria. Como seria possível listar todos os fatores necessários e obrigatórios capazes de permitir a inclusão de uma dada pessoa na categoria de criminoso? Outrossim, é possível que os objetos categorizados, mesmo possuindo todos os fatores necessários e exigidos, venham a ser considerados diferencialmente, uma vez que alguns elementos são vistos como mais representativos de uma categoria do que outros. Uma adolescente que assiste um *streaming* de uma partida de futebol ilegalmente transmitida em um canal do YouTube é tão criminosa quanto uma sequestradora? A inclusão de alguns objetos em uma dada categoria é uma operação necessariamente ambígua. Efetivamente, pode-se afirmar que a adolescente está cometendo um crime, mesmo que a definição clássica indique que ela está atendendo aos critérios que permitem considerá-la criminosa e, portanto, deve ser categorizada como tal? Uma vez que se constituiu a partir do entendimento de que a inclusão de um exemplar em uma determinada categoria depende decisivamente da presença ou ausência dos fatores definidores, a visão clássica da categorização é incapaz de oferecer resposta para os problemas anteriormente aludidos, sendo aos poucos complementada por outras concepções.

A abordagem probabilística da categorização tentou resolver essa dificuldade introduzindo a noção de categoria ‘*fuzzy*’, nebulosa, o que supõe a existência de “conceitos mal definidos”. Nesse caso, os membros mais representativos de uma categoria revelam um grande número dos fatores característicos daquela categoria e as pessoas formariam uma espécie de resumo relativamente abstrato da categoria, os protótipos. Tanto as teorias fundamentadas no protótipo quanto as fundamentadas nos exempla-

res enfrentam uma dificuldade comum (Yzerbyt, Rocher, & Schadron, 1997): qual o tipo de similaridade que se pode postular entre um novo objeto e um protótipo ou um exemplar? Um problema surge de imediato quando se procura responder a esta questão: por que considerar um determinado fator, e não um outro, para estabelecer a comparação se dois objetos, quaisquer que sejam, sempre podem ser vistos como diferentes um do outro em alguns aspectos e similares em outros?

A resposta para essa questão encaminha-se no sentido de reconhecer que as semelhanças superficiais – observáveis – entre os objetos são enganadoras e capazes de levar a uma categorização inadequada (Medin, Goldstone, & Gentner, 1993). A similaridade deveria ser entendida, portanto, como uma consequência, e não como um critério para a categorização. Uma vez aceita essa inversão, duas coisas podem ser consideradas similares, mesmo que superficialmente diferentes entre si, desde que o percebedor possua uma boa teoria que justifique tratar os dois objetos como membros de uma mesma categoria.

Essa teoria sobre o processo de categorização pode ser ilustrada mediante o diagrama elaborado a partir dos resultados das pesquisas conduzidas por Medin e Shoben (1988).

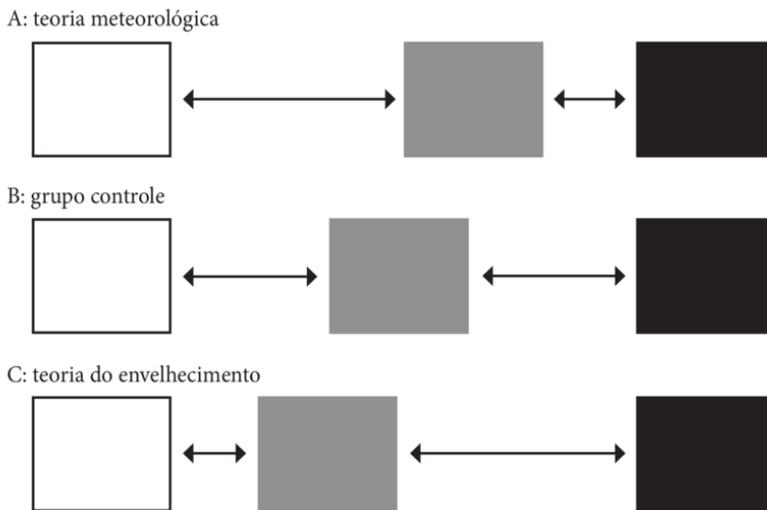


Figura 4 – Demonstração de Medin.

Na Figura 4, B representa um grupo de controle, para o qual é designada a tarefa de decidir se a cor cinza está mais próxima da cor branca ou da cor preta. O único critério de referência que pode ser adotado pelo participante do estudo para fazer o julgamento é o conhecimento que dispõe sobre as cores e como o cinza é uma cor intermediária entre o branco e o preto, os participantes não veem como aproximar o cinza de nenhum dos dois extremos. Aos participantes da condição A foi feita a solicitação de julgar se nuvens cinzas estavam mais próximas de nuvens brancas ou de nuvens pretas. Dessa vez, houve uma clara tendência em julgar o cinza mais próximo

ao preto do que ao branco. Em contrapartida, a tarefa dos participantes da condição C foi julgar se o cabelo cinza estava mais próximo ao cabelo branco ou ao cabelo negro e a resposta, claro, foi de aproximar mais o cabelo cinza ao cabelo branco. Por que os termos simétricos branco, cinza e negro, quando precedidos pelos substantivos cabelos ou nuvens, foram tratados diferencialmente?

Responder a essa questão exige repensar as teorias tradicionais sobre a categorização, sobretudo o papel exercido pela similaridade como critério de ajuste entre o objeto percebido e as informações concretas ou abstratas armazenadas na memória, pois este critério passa a ser considerado insuficiente para fornecer coerência entre os objetos categorizados. O que parece definir a resposta dos participantes alocados às condições A e C é a natureza das teorias evocadas nas instruções do experimento, em um caso, as teorias ingênuas sobre a meteorologia, enquanto no outro, as teorias implícitas disponíveis pelos participantes sobre o envelhecimento. O que a similaridade não foi capaz de realizar, foi facilmente efetivado pelas teorias implícitas e, nesses termos, é possível afirmar que as categorias se organizam em torno de uma estrutura explicativa que vincula ordenadamente os fatores constitutivos dos elementos desta categoria.

A similaridade e as teorias implícitas devem ser igualmente consideradas no processo de categorização. Pode-se falar, portanto, na existência de fatores superficiais e profundos como guias para a categorização, e a decisão sobre a inclusão ou não de uma pessoa em uma categoria depende tanto da identificação das similaridades que se manifestam no plano das superfícies, como também das conjecturas disponíveis a respeito das propriedades profundas das coisas percebidas.

Como ocorre a categorização?

Algumas direções de pesquisa sobre o tema da categorização sugerem que a inserção do ser humano no mundo que o cerca é tão complexa que exige o trabalho simultâneo de dois sistemas de aprendizagem complementares: um que o habilita a lidar com as inúmeras rotinas as quais se encontra sujeito; e um outro que possibilita o confronto com as situações inesperadas com as quais se depara (McClelland, McNaughton, & O'Reilly, 1995), sendo plausível a admissão de que a sobrevivência é possível devido ao ser humano ser dotado de um sistema que o habilita a lidar com o que é esperado, desde que ele é capaz de representar o ambiente de forma estável e construir modelos de mundo relativamente permanentes. E também porque esse primeiro sistema é complementado por um outro que se caracteriza por uma enorme plasticidade, habilitando-o a responder, de forma rápida, às inúmeras mudanças que frequentemente se manifestam no ambiente físico e social.

Presume-se que o agente cognitivo, ao agir como um teórico, desenvolve um conjunto de ações que permite circunscrever a totalidade do fluxo de acontecimentos, transformando a multiplicidade de fatores presentes no ambiente em invariantes, a partir das quais é possível alcançar uma certa inteligibilidade dos acontecimentos que ocorrem no entorno social. A maneira pela qual esse "cientista" conduz essas operações não está clara entre os estudiosos, mas é possível supor que qualquer estímulo

presente no ambiente deve ser contrastado com as categorias previamente armazenadas na memória, e caso exista alguma correspondência entre o estímulo e a categoria, então esta última se impõe e define um contexto no qual a informação passa a ter sentido. Desse modo, as categorias funcionam como teorias e as expectativas geradas pelas categorias correspondem às previsões do cientista ingênuo.

Os processos inferenciais e o julgamento social

A mudança de perspectiva, introduzida pela perspectiva essencialista, deixa claro que os processos cognitivos não atuam exclusivamente no sentido de simplificar e reduzir a complexidade de um mundo usualmente multiforme. Um outro papel exercido pela cognição é o de ir além da informação imediata, sendo característico da inteligência humana a realização de inferências, seja pela via indutiva ou mediante o raciocínio dedutivo. Há de se assinalar, no entanto, que embora muitas inferências sejam dotadas de validade lógica, o mais usual é que os julgamentos sociais sejam mediados por estruturas de conhecimento e pelos fatores inerentes à pessoa e ao contexto social mais amplo.

Os estudiosos da psicologia cognitiva estabelecem uma diferenciação entre uma decisão implementada por uma dimensão normativa e as decisões fundamentadas em critérios empíricos (Eysenck, 1994). As decisões normativas são regidas pela preocupação em fazer com que a solução alcançada seja a mais racional ou a melhor possível. Essa estratégia tem sido extensamente adotada em alguns domínios de conhecimento, por exemplo, a economia, sendo implementada usualmente nas circunstâncias em que existe uma série de itens passíveis de serem escolhidos e os avaliadores se sintam capazes de identificar as principais dimensões relativas à decisão, definir o peso relativo de cada uma destas possíveis dimensões, obter um peso utilitário total para cada um dos itens mediante a avaliação dos valores que eles incorporam em cada uma das dimensões consideradas e selecionar o objeto, levando em conta qual item possui um valor mais alto de acordo com cálculos anteriormente realizados.

Como o uso de regras para a realização de inferências é uma das principais características do raciocínio humano, seria desejável que o julgamento social fosse dotado de um altíssimo grau de precisão, que poderia ser obtido exclusivamente nas circunstâncias em que a pessoa que estivesse fazendo o julgamento dispusesse de tempo, de recursos cognitivos ilimitados, de uma extraordinária capacidade de fazer uma busca exaustiva na memória de todos os fatores relevantes à situação e que estivesse suficientemente disposta a conduzir todos os cálculos mentais requeridos para chegar a um julgamento justo. Para que esse julgamento social idealizado pudesse ocorrer seria necessário que a pessoa realizasse uma comparação em que contrastasse todos os fatores e atributos do ente ou da situação, com todas as categorias que minimamente pudessem se ajustar aos elementos identificados. Isso, claro, é uma tarefa impossível.

3.1.1.2 A dimensão metodológica

Uma vez que o foco principal da investigação é o estudo dos processos individuais, a pesquisa conduzida pelos psicólogos sociais de orientação cognitivista preferencialmente tende a adotar a metodologia experimental. Trata-se de uma solução lógica para a investigação dos processos mentais e é inteiramente compatível com a necessidade de identificar e testar hipóteses relativas aos princípios universais que regem o comportamento humano.

Dada a magnitude das medidas dos processos, cujas diferenças muitas vezes estão situadas na casa dos milésimos de segundo, o uso de recursos computacionais para a preparação dos procedimentos de investigação deve ser entendido como uma tendência absolutamente natural. Em função da sofisticação crescente da metodologia e dos recursos disponíveis, uma parcela considerável das pesquisas considera ao mesmo tempo dois ou mais fatores na análise dos fenômenos, o que leva a uma utilização de desenhos experimentais fatoriais, aliado a estratégias de análise multivariada dos dados (para uma revisão sobre as estratégias de pesquisa em psicologia, ver o Capítulo 2 deste Manual). Os procedimentos experimentais de investigação utilizados pelos estudiosos da cognição dependem da apresentação de informações, sob a forma de vídeos, fotos, sons, descrições ou histórias. Esses itens de informação são tratados como variáveis independentes, enquanto o registro de protocolos verbais, as medidas de atenção, de memória, de reconhecimento e de organização do conteúdo constituem as variáveis dependentes. A interpretação das medidas das variáveis dependentes encontra-se subordinada a uma metáfora de distorção, onde as diferenças entre o *input* e o *output* são consideradas indicadores da existência ou da ativação de um processo mental, muitas vezes inconsciente, no participante do estudo, e a uma medida do tempo de resposta, ao considerar que o tempo requerido para a realização de uma tarefa é um indicador da profundidade e complexidade dos processos cognitivos.

No plano da pesquisa, três questões, todas tendo como foco central o problema da memória, orientam a maior parte das pesquisas sobre a cognição social. A primeira envolve a determinação do tipo de informação que é armazenada e organizada na memória. A segunda questão se relaciona com a forma pela qual a informação armazenada e organizada subsequentemente afeta o processamento de informação, a tomada de decisões e a expressão aberta do comportamento. A terceira se relaciona com a determinação das circunstâncias nas quais a informação armazenada na memória pode ser modificada, tanto por novas informações, quanto pela ação dos próprios processos cognitivos.

Tipo de informação e organização dos conteúdos

McIntyre, Paulson e Lord (2003) evidenciaram como a forma de apresentação dos conteúdos interfere na organização, evocação e elaboração das respostas dos participantes de um experimento psicológico. Trata-se de um estudo no qual os autores submetem a teste uma das possíveis alternativas de ação capazes de proporcionar uma redução da ameaça dos estereótipos. Esse conceito se refere a uma queda flagrante no desempenho de uma pessoa, em um determinado domínio de atividades, quando ela sabe que está sendo julgada e que é membro de um grupo sobre o qual paira no ar uma

ameaça de que os membros do grupo ao qual pertence não costumam apresentar um bom desempenho naquele domínio. Dois grupos de mulheres foram alocados a condições experimentais distintas. Antes do início do teste, as participantes de um grupo tiveram acesso, mediante uma tarefa de leitura, a uma série de informações a respeito de corporações de grande sucesso e das estratégias por elas adotadas para chegar ao topo do mundo dos negócios. A leitura facilitada aos membros do outro grupo também se referia ao sucesso, mas dessa vez a referência não era a corporações, mas sim a mulheres que conseguiram se sobressair em áreas extremamente competitivas, como os negócios, o direito, a medicina e as invenções. Os resultados demonstraram que a saliência das realizações do grupo pode ser uma alternativa aceitável para a redução da ameaça dos estereótipos, pois se no grupo das mulheres em que a informação oferecida se relacionou com o sucesso das corporações e os resultados das mulheres submetidas à ameaça dos estereótipos foram flagrantemente inferiores aos obtidos pelos homens, na outra condição não foram encontradas diferenças significativas nos resultados de homens e mulheres.

Influência da informação armazenada no processamento da informação

Uma vez dominado o ato de ler, nenhum adulto possui qualquer dificuldade em ler o conteúdo do texto dos três triângulos apresentados na Figura 5.



Figura 5 — Os três triângulos de Brooks.

Na maior parte das vezes o texto incluído nos três triângulos será lido como ‘Chuva, suor e cerveja’, ‘Atirei o pau no gato’ e ‘Era pouco e se acabou’. Obviamente isso não é correto, mas acostumados com a língua portuguesa só reconhecemos que a leitura foi incorreta ao conduzir uma avaliação mais criteriosa. Esse simples exemplo demonstra quão seletiva pode ser a percepção e deixa claro o papel desempenhado pelas estruturas de conhecimento do observador na organização e no tratamento da informação (Abercrombie, 1960).

Cohen (1981) demonstrou como a informação previamente armazenada interfere na evocação dos conteúdos mentais. No experimento foi apresentado um videotape, de 15 minutos de duração, no qual se registra um casal jantando no que aparentemente parecia ser a comemoração de um aniversário. Para a metade dos participantes foi informado que a mulher era bibliotecária, enquanto para os outros ela foi referida como uma garçonete. Após essa etapa, um terço dos participantes de cada condição, registrou imediatamente as suas impressões sobre a mulher. Os demais participantes fizeram essa mesma avaliação em momentos distintos, uma parte quatro dias depois,

enquanto o terço restante avaliou o alvo uma semana após a realização da tarefa experimental.

Os resultados demonstram que o conhecimento prévio da ocupação do alvo, bibliotecária ou garçonete, influenciou nas lembranças dos conteúdos do estilo de vida e do comportamento da mulher, tanto no caso dos que fizeram o julgamento imediato, quanto nos que julgaram posteriormente. Ao ser apresentada como uma bibliotecária, os participantes tenderam a se lembrar que ela bebeu vinho, comeu rosbife, portava óculos, não expressava muito afeto em relação ao seu parceiro, que a mesa do jantar estava enfeitada por flores naturais e que se ouvia música clássica durante o jantar. Se apresentada como uma garçonete, os participantes tenderam a lembrar que o prato principal do jantar foi hambúrguer, acompanhado por cerveja, que a trilha sonora foi *rock'n'roll*, que as flores eram plásticas, que a mulher adotava uma atitude bastante informal e expressava um grande afeto em relação ao parceiro.

Modificação dos conteúdos armazenados

Um estudo publicado no início dos anos 1930 do século passado representa bem a maneira pela qual os pesquisadores contemporâneos da cognição social investigam o impacto das categorias prévias no armazenamento e organização da informação. Bartlett adotava como suposição básica o entendimento de que as pessoas organizam a informação de acordo com padrões dotados de significado, e não como elementos isolados.

Ao procurar superar os problemas de validade encontrados nos métodos de investigação tradicionalmente utilizados por Herman Ebbinghaus, Bartlett introduziu uma nova forma de investigar a memória, posteriormente adotada por muitos psicólogos. Ao contrário dos estudos prévios, que dependiam da apresentação de sílabas sem sentido como itens de estudo, Bartlett preferiu trabalhar com material dotado de sentido, tais como relatos folclóricos, passagens descritivas expressas sob a forma de prosa e imagens, explorando este material mediante o uso de duas técnicas, a da reprodução repetida e a da reprodução serial. No caso da reprodução repetida, mostrava-se o conteúdo de um item a ser memorizado, uma imagem, por exemplo, e em seguida era solicitado ao participante que se dedicasse a uma outra tarefa durante 15 a 30 minutos, antes de se pedir que o item submetido a memorização fosse reproduzido. Os resultados mostraram um conjunto substancial de mudanças no material reproduzido, que em alguns casos era simplificado, em outros elaborado e complementado e, muitas vezes, transformado inteiramente. Para Bartlett, tais mudanças ocorriam porque os conteúdos eram apreendidos de acordo com os esquemas mentais anteriormente disponíveis e, nas circunstâncias em que o item a ser reproduzido entrava em conflito com tais esquemas, o sistema cognitivo introduziu as distorções necessárias para ajustar o conteúdo às concepções prévias disponíveis pelos participantes do estudo.

Uma tendência ao hedonismo exerce uma poderosa influência na evocação dos conteúdos da memória, a se considerar os resultados apresentados por Bahrck, Hall e Berger (1996) em um estudo no qual compararam os dados registrados nos arquivos escolares com as lembranças dos estudantes sobre as notas que obtiveram no mesmo

período. Os resultados da pesquisa demonstraram uma clara diferença no grau de precisão da evocação das notas escolares, que atingiu o valor de 89%, no caso das notas mais altas, e de apenas 29%, no caso das notas mais baixas. Esses resultados indicam uma clara seletividade na evocação dos eventos agradáveis e mostram o efeito de distorção sobre a memória, mediante a atuação de um forte viés no sentido de reconstruir de forma positiva os eventos do passado.

Além de identificar as distorções proporcionadas pelo processamento da informação nas respostas dos participantes, os estudos desenvolvidos pelos psicólogos sociais de base cognitiva adotam o recurso de mensurar o tempo de resposta dos participantes, com base no entendimento de que tanto o tipo quanto a complexidade dos processos mentais podem ser inferidas pelo tempo requerido para o tratamento e apresentação da informação. O estudo de Kunda, Davies, Adams e Spencer (2002) retrata a forma pela qual os psicólogos adotam o tempo de resposta para avaliar o efeito de processos cognitivos. A investigação, conduzida no Canadá, procurou testar a hipótese de que uma apresentação muito breve de uma imagem ou de um videoteipe pode ativar a representação estereotipada de um grupo alvo, enquanto a continuidade da exposição pode dissipar a manifestação dos estereótipos. Nesse caso, os participantes, estudantes da Universidade de Waterloo, assistiram ao videoteipe de uma estudante, branca ou negra, a depender da condição experimental, no qual ela descrevia a vida no campus universitário. O procedimento experimental adotado recorria a uma interrupção durante a apresentação do videoteipe, de 15 segundos ou de 12 minutos, a depender da condição experimental, na qual os participantes realizaram uma tarefa, aparentemente destinada a avaliar o engajamento cognitivo na realização da tarefa experimental, mas que em realidade era um teste de decisão lexical, composto por 56 itens, palavras e não palavras, das quais apenas seis eram destinados a avaliar a velocidade com que os participantes identificavam corretamente as palavras relacionadas ou não com o estereótipo ativado durante a apresentação do videoteipe. Os resultados podem ser vistos no gráfico apresentado na Figura 6:

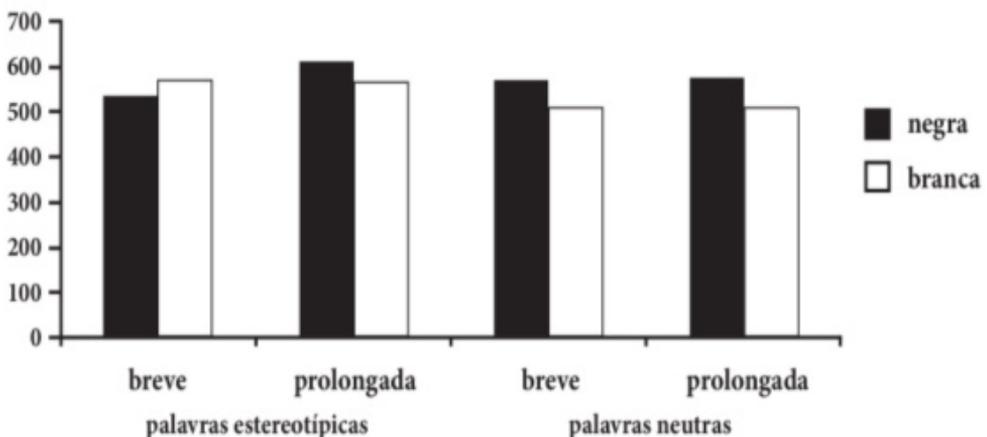


Figura 6 – Tempo de resposta para palavras estereotípicas e neutras, por cor da pele.

O resultado demonstra, em consonância com a hipótese postulada, um menor tempo de resposta quando o participante assistiu ao videoteipe em que o alvo era negro e a palavra identificada era estereotipada, nas circunstâncias em que a ativação do estereótipo durou 15 segundos; enquanto na condição em que o tempo de ativação do estereótipo durou 12 minutos houve uma clara dissipação do efeito da ativação do estereótipo, cujos reflexos se manifestaram em um maior tempo de reação quando da avaliação das palavras estereotípicas.

3.1.1.3 A dimensão teórica: o avaro cognitivo e o taticamente motivado

No plano teórico, uma questão central enfrentada pelos estudiosos da cognição social é a da capacidade e limites de processamento do agente cognitivo. Esse é um problema central nos estudos da cognição social e a solução encontrada representa um compromisso entre duas posições distintas, a do avaro cognitivo, e aquela que tende a representar o agente como taticamente motivado. Em ambos os casos, as expressões se referem a metáforas, duas a mais no arsenal utilizado pelos psicólogos sociais de orientação cognitiva (Fiske, 2018; Leary, 1994).

Metáfora I: avaro cognitivo

Uma metáfora, correspondente a uma determinada concepção a respeito de ser humano, a do avaro cognitivo (Fiske e Taylor, 1984), sugere que o ser humano dispõe de uma maquinaria mental de processamento de informação que está sujeita a determinados limites, tanto na velocidade quanto na quantidade de informações que é capaz de tratar simultaneamente. Uma análise muito cuidadosa do ambiente exigiria a avaliação paulatina de cada um dos eventos ocorridos no entorno e de cada uma das unidades de informação encontradas no ambiente social. Como este é essencialmente complexo e multifacetário, seria uma operação extremamente exaustiva para o sistema cognitivo atender a cada estímulo presente no ambiente, daí a estratégia de selecionar uma pequena parcela destes estímulos que podem ser atendidos e negligenciar a maioria dos elementos. Além de desconsiderar uma parcela substancial da informação, o avaro cognitivo trata de forma superficial a informação a que se dedica, elaborando muito rapidamente inferências a respeito dos estímulos e reduzindo o constante fluxo da informação a unidades discretas, o que favorece a adoção do pensamento categórico e a utilização de atalhos mentais durante as operações de processamento da informação.

Esse entendimento do ser humano como um avaro cognitivo está subordinado à noção de limites (Sanford, 1987):

- a) temporais, quando se tem pouco tempo para tomar uma decisão;
- b) da quantidade de dados, quando não se pode contar com todas as informações necessárias para realizar o julgamento; e,
- c) em relação à habilidade, quando se é incapaz de tratar concomitantemente uma grande quantidade de informações em um curto espaço de tempo.

A adoção dessa perspectiva é compatível com a suposição que dificilmente o ser humano é capaz de sempre adotar uma solução ótima ou a melhor alternativa possível. O mais usual é que na maior parte das vezes o ser humano realize as suas atividades e tome decisões de acordo com uma diretriz distinta: a solução mais valorizada é a que funciona melhor na maior parte das vezes e a que melhor se adapta às mais variadas circunstâncias. Se as escolhas humanas não podem ser indefinidamente otimizadas, elas devem ser rápidas, econômicas e pouco exigentes em termos da mobilização dos limitados recursos cognitivos disponíveis.

Metáfora II: taticamente motivado

Em contraposição à noção de que o ser humano é regido por mecanismos psicológicos destinados prioritariamente para tratar a informação com menor dispêndio possível de recursos cognitivos, uma outra perspectiva, a do ser humano taticamente motivado, enfatiza as circunstâncias nas quais esta regra é quebrada e privilegia, como direção de análise, as situações nas quais as pessoas se dedicam a pensar de forma cuidadosa e aprofundada sobre cada uma das peças de informação disponíveis, tratando-as de forma individualizada e não como parte de uma categoria geral. Isso não ocorre, evidentemente, em todas as circunstâncias, sendo característico das situações nas quais o agente cognitivo se encontra motivado e envolvido afetivamente com alguma particularidade da situação.

O ponto de partida dessa mudança de perspectiva reside no entendimento de que qualquer interação sofre a influência das crenças a respeito da pessoa com quem se está interagindo e da situação em que a interação ocorre. Como o agente cognitivo dispõe de constructos mentais (crenças, valores, atitudes, estereótipos, preconceitos, metas etc.) que dirigem o processamento da informação e o comportamento, a influência destes constructos impõe que se aceite, ao menos parcialmente, que a cognição deve trabalhar em conjunto com os fatores afetivos e motivacionais (Wyer, Jr. & Carlston, 1994).

Essa nova perspectiva de tratar o agente como taticamente motivado permite caracterizá-lo como um pensador fortemente engajado que, a partir da avaliação das metas, dos motivos e das necessidades, decide qual estratégia de ação adotar. A aceitação da metáfora do taticamente motivado permite a elaboração de um modelo antropológico no qual se concebe que o ser humano, em algumas circunstâncias, processa a informação de uma maneira mais cuidadosa, enquanto em outras, em especial quando a preservação dos recursos cognitivos é uma tarefa imperativa, tende a utilizar o pensamento categórico (Blair & Banaji, 1996; Devine, 1989). Essa concepção sobre o ser humano não representa uma rejeição pura e simples do modelo do avaro cognitivo, sendo mais correto assinalar que estas duas perspectivas devem ser consideradas complementares e ajudam a entender as diferentes facetas da manifestação dos comportamentos e das ações humanas. Em algumas circunstâncias, sobretudo em função das necessidades de parcimônia e de economia mental, o ser humano age como um avaro cognitivo, enquanto em outras, especialmente quando motivado ou afetivamente envolvido, ele é capaz de considerar a situação de uma forma mais criteriosa e sistemática.

3.2 ESTUDOS CLÁSSICOS

Esta seção do capítulo apresenta uma série de reflexões sobre dois temas clássicos de estudos na área da cognição social, os quais representam distintas tradições de pesquisa, embora bastante relacionadas entre si. Iniciaremos com a discussão dos processos duais e indicaremos em que sentido podemos afirmar que somos regidos por dois sistemas cognitivos, um responsável pelas respostas automáticas e mais imediatas e, um segundo, que oferece fundamento para as ações mais controladas e refletidas. Posteriormente, discutiremos a questão das heurísticas e vieses, sejam estas entendidas como respostas rápidas e relativamente flexíveis para os problemas recorrentes e costumeiros na nossa vida ou como atalhos que nos desviam do caminho da verdade e da correção nos julgamentos.

3.2.1 PROCESSOS DUAIS: AUTOMATISMOS E CONTROLES

A discussão a respeito dos processos automáticos e controlados se originou com as pesquisas desenvolvidas na área de estudo dos processos atencionais, sendo posteriormente retomada pelos psicólogos sociais. Um dos problemas fundamentais de pesquisa na psicologia social de base cognitiva envolve a determinação do grau de intencionalidade, ou de monitoramento, dos processos cognitivos que se desenrolam durante as interações sociais. O que acontece quando uma pessoa entra no campo visual de alguém? A categorização ocorre de forma automática ou controlada? É necessário refletir para decidir rotular as garotas retratadas na Figura 7?



Figura 7 – Como as garotas podem ser categorizadas?

De maneira mais imediata, elas podem ser categorizadas como humanas, embora também possam ser facilmente categorizadas como mulheres ou jovens. Essas categorizações ocorrem de maneira praticamente automática. Outras modalidades de categorização, no entanto, são possíveis. O que faz com que uma modalidade de categorização predomine sobre a outra? O que faz com que em algumas circunstâncias as pessoas na foto sejam categorizadas como mulheres e em outras como estudantes? A teoria dos processos duais (Evans & Stanovich, 2013) ofereceu uma resposta a essa questão ao assinalar que as condições em que o processamento ocorre é um elemento decisivo. Segundo essa teoria, os seres humanos possuem duas formas de processamento de informação, conhecidas como processamento de Tipo 1 e de Tipo 2.

O processamento de Tipo 1 não requer grande sobrecarga da memória de trabalho, se caracteriza por expressões mais automáticas e se manifesta de maneira associativa quando se está diante de um determinado estímulo ou contexto. Nas relações sociais, ele envolve os padrões de resposta resultantes do longo período de experiências de relação entre objetos e atributos e está ligado ao aprendizado implícito e aos processos de condicionamento. O processamento de Tipo 2 requer uma maior quantidade de recursos cognitivos e, até então, parece ser uma característica única dos seres humanos, estando relacionado à inteligência fluida e ao pensamento hipotético. Ainda que, esses tipos de processamento sejam descritos de maneira separada (sistemas 1 e 2), esta separação serve, sobretudo, para facilitar a comunicação ao público e auxiliar na condução das pesquisas, pois estes processos não são mutuamente exclusivos. Ainda que o processamento de Tipo 1 se expresse de maneira mais automática e requeira menor capacidade da memória de trabalho, o condicionamento que proporcionou a formação dos seus conteúdos necessitou, em alguma medida, o aprendizado individual, o processamento de Tipo 2. Por outro lado, ainda que o processamento de Tipo 2 requeira mais recursos cognitivos e pareça ser único entre os seres humanos, as simulações mentais necessitam de algum tipo de conhecimento prévio como referência, o que o aproxima do processamento de Tipo 1 (Evans & Stanovich, 2013).

Tendo apresentado de maneira resumida os processos duais, torna-se mais simples falar sobre um dos seus desdobramentos teóricos, a teoria do automatismo e controle. O automatismo se manifesta de maneira rápida, requer menor esforço, é mais espontâneo e apresenta dificuldades para lidar com novas situações (Devine & Sharpe, 2009). A sua ativação pode corresponder tanto à necessidade de eficiência na realização de tarefas que requerem hábito, quanto à falha em uma estrutura que envolve emoções, pensamentos e comportamentos (Fujita, Trope, Cunningham, & Liberman, 2014). Quando ativado, esse tipo de cognição se torna difícil de suprimir e, ainda que a sua função seja necessária nas atividades do dia a dia, nas relações sociais ele pode determinar a adoção de decisões equivocadas e preconceituosas. O controle, por sua vez, ocorre de maneira deliberada, lenta, requer maior esforço e envolve maior flexibilidade na tomada de decisão (Devine & Sharp, 2009). Esse processo necessita do funcionamento satisfatório de uma estrutura que inclui emoções, pensamentos e comportamentos direcionados a um determinado fim. Nesse sentido, se a pessoa se encontra sujeita a pressões de tempo, se não considera a pessoa avaliada como impor-

tante ou se os recursos cognitivos que dispõem no momento estão ocupados ou são escassos, predomina o automatismo, enquanto nas circunstâncias em que o tempo não é um fator premente, os recursos cognitivos estão intactos e a pessoa é importante, predomina o controle.

Uma série de estudos desenvolvidos entre as décadas de 1970 e 1980 (Anderson, 1985; Bargh, 1984; Posner & Snyder, 1975; Shiffrin & Schneider, 1977) permitiu estabelecer as principais diferenças entre o automatismo e o controle. Como o automonitoramento é um elemento definidor do controle, o agente cognitivo sempre procura monitorar e ajustar o andamento do processo, comparando-o com o estado final almejado, algo que não ocorre no caso do automatismo, pois este, uma vez disparado, geralmente por um ato consciente, permanece ativo mesmo na ausência de qualquer interferência por parte do agente. Como envolve o monitoramento consciente, o controle requer muito mais tempo para ser completado, quando comparado ao automatismo. Em relação ao manuseio do fluxo da informação, presume-se que o controle está subordinado a um tratamento serial, no qual os elementos são processados um a um, enquanto sob a perspectiva do automatismo é possível se processar vários itens de informação em paralelo. Para ser capaz de tratar várias informações ao mesmo tempo, o automatismo deve se manifestar nas circunstâncias em que a tarefa a ser realizada não apresenta um grau de dificuldade muito grande, ou que o agente possui um domínio tal da tarefa que pode se desvencilhar dela de maneira rotineira. O automatismo é apropriado para lidar com as coisas que exigem alguma dificuldade para serem realizadas ou quando se está a aprender uma determinada tarefa. De acordo com Posner e Snyder (1975), a principal diferença entre as duas cognições depende da aceitação da função geral cumprida pelos mesmos na adaptação do organismo humano ao ambiente: o automatismo se encarrega de realizar um mapeamento das regularidades de longo prazo encontradas no ambiente, enquanto o controle seria mais capaz de se adaptar às mudanças mais sutis que se manifestam em curto espaço de tempo.

Seguindo a linha do modelo do processamento dual, o automatismo e o controle não são mutuamente exclusivos, mas sim, dependendo do tipo de tarefa, uma destas cognições pode se impor à outra. Para demonstrar isso, Jacoby (1991) desenvolveu um método de análise conhecido como processo dissociativo, que se caracteriza por uma equação que estima a manifestação do automatismo sem desprezar o impacto do controle e *vice-versa*. Como exemplo, pode-se pensar em uma pessoa que ao ver um indivíduo que usa roupas de grife o imagine uma pessoa rica. Pode-se pensar, também, que essa pessoa resolveu checar se esse indivíduo é, de fato, rico e resolveu confirmar a hipótese fazendo algumas indagações. Para facilitar essa explicação, usamos a letra “R” para se referir à chance de a pessoa acertar que esse indivíduo que usa roupas de grife seja, realmente, rico e a letra “N” para se referir à chance de a pessoa errar e esse indivíduo não ser rico. Seguindo a linha de raciocínio do processo dissociativo, o acerto seria a subtração do acerto pelo erro (R-N). Se por acaso, a pessoa curiosa errar, é necessário levar em consideração a associação automática entre uma pessoa que usa roupas de grife e riqueza e a chance de a pessoa curiosa ter acertado (R-1). Seguindo a linha de raciocínio do processo dissociativo, a análise da probabilidade de acerto (controle) e de erro (automatismo) poderia ser representada pela equação $R-N/R-1$ (é

importante assinalar que a equação aqui apresentada é uma simplificação do processo dissociativo, com o objetivo de facilitar o entendimento, e nem sempre o automatismo se refere a erro, mas também pode significar respostas mais eficientes que correspondem ao hábito). Com base no informado por Jacoby (1991), modalidades correlatas de processo dissociativo foram desenvolvidas para estimar a associação automática entre pessoas negras e armas de fogo (Payne, 2001), analisar vieses no julgamento moral (Conway & Gawronski, 2012) e o efeito do racismo na tomada de decisões (Burke, 2015).

Wegner e Bargh (1998) apresentaram sete modalidades de relações entre os automatismos e o controle. A primeira forma envolve uma interação em paralelo entre os dois processos e recebe uma denominação de claro sabor informático, a **multitarefa**. Assim, da mesma forma que um computador pode ao mesmo tempo receber as mensagens de *e-mail* em um aplicativo, enquanto um outro navega pela Internet e um terceiro faz o *download* de um arquivo, nas circunstâncias em que os processos automáticos não exigem muitos recursos cognitivos o agente se encontra habilitado a realizar mais de uma atividade ao mesmo tempo.

Uma segunda modalidade de interação entre os dois processos difere da primeira por não exigir o concurso simultâneo de duas atividades. No caso da **delegação**, um processo controlado dispara um processo automático, algo característico dos contextos nos quais o agente se encontra cansado e incapaz de manter o controle sobre o seu próprio comportamento e o automonitoramento contínuo durante a realização de uma determinada tarefa. Isso ocorre especialmente nas tarefas nas quais o julgamento social está envolvido, em especial quando o agente se encontra exausto pela quantidade de trabalho realizado e deixa de julgar de forma cuidadosa, atenta e individualizada, passando a fazer uso do processamento automático. Assim, mesmo um recrutador diligente, ao fim de um dia de labuta, exausto mental e fisicamente, pode deixar de tratar cuidadosamente as informações, passando a decidir a partir de critérios mais categóricos, como a idade, a cor da pele ou a orientação sexual.

A terceira modalidade de relação entre automatismo e controle é denominada **orientação** e ocorre quando um processo automático coloca em ação um processo controlado. O recrutador do exemplo anterior pode se dar conta, por exemplo, de que não está julgando os candidatos com a seriedade que a função que ocupa exige e imediatamente se reorienta e corrige os rumos de uma entrevista, que sabia estar sendo conduzida de forma leniente.

Em uma outra modalidade de relacionamento entre os processos automáticos e os controlados, a **intrusão**, um processo automático inibe e se sobrepõe a um processo controlado. No caso do exemplo anterior, o entrevistador durante o intervalo entre as entrevistas pode ter saído da sala e ido à copa se servir de um café fresquinho e, casualmente, encontrar um colega que lhe pergunta o nome de um filme. O entrevistador conhece bem o filme, pois o assistira duas ou três vezes, mas não consegue se lembrar de imediato o nome da obra cinematográfica. Ao retornar ao local de trabalho e dar continuidade às entrevistas percebe que insiste em tentar lembrar o nome do filme, o que o impede de prestar a atenção devida às palavras do entrevistado. Embo-

ra tenha tentado de todas as formas possíveis se concentrar na entrevista, a busca pelo nome do filme na memória ocupou a mente do entrevistador durante toda a tarde, o que evidencia o poderoso efeito da intrusão dos processos automáticos.

Ao contrário da intrusão, a **regulação** representa uma situação na qual um processo controlado inibe e se sobrepõe a um processo automático. Nesse caso, um processo mental é capaz de inibir e afastar alguns pensamentos suficientemente insistentes para incomodar, ainda que não tenham força suficiente para se impor. Voltando ao exemplo do recrutador, este pode em determinado momento da entrevista começar a pensar na sessão de cinema marcada para o início da noite e, imediatamente, inibir, com rapidez, uma sucessão de ideias cinematográficas. Nesse caso, os processos controlados não ofereceram qualquer oportunidade e inibiram inteiramente o impacto dos processos automáticos.

A **automatização**, a sexta modalidade de relacionamento, ocorre sempre que um processo controlado se automatiza. Os hábitos contribuem para a criação de uma rotina em que algumas práticas ou tarefas que eram realizadas inicialmente sem desenvoltura, uma vez automatizadas passam a ser realizadas sem qualquer esforço adicional. O recrutador no início de sua carreira profissional precisou aprender uma série de coisas e à medida que dominou estas tarefas passou a realizá-las com uma boa desenvoltura. De posse dessa habilidade, ele está capacitado a fazer anotações sem interromper outras tarefas ou a fazer um julgamento bastante rápido se a situação assim o exigir.

A última modalidade discutida por Wegner e Bargh é a **disrupção**, que ocorre nas circunstâncias em que um processo automático se transforma em um processo controlado. Pode ser que o entrevistador, assoberbado por outras preocupações ou nos limites de suas forças naquele dia de trabalho, passe a se dar conta de que apenas passou os olhos no currículo do candidato ou que está conduzindo a entrevista de uma forma dispersa e desinteressada. Imediatamente ele muda a sua própria postura, volta à primeira página do currículo e passa a ler o conteúdo e a considerar de forma cuidadosa as habilidades do candidato, retomando a entrevista de uma forma mais criteriosa e responsável. Nesse caso observa-se, portanto, que os processos controlados se sobrepõem e dominam os processos automáticos que insistiam em se fazer presente no início da entrevista.

3.2.2 HEURÍSTICAS E VIESES

O termo heurística foi adotado pelos estudiosos da inteligência artificial para se referir a uma estratégia usada por programadores para fazer com que um computador seja capaz de simular o modo de funcionamento da mente humana, mediante o uso exaustivo e sucessivo de algoritmos até atingir a solução almejada (Moskowitz, 2005). Ao contrário dos computadores, não buscamos soluções computacionalmente perfeitas e nos contentamos com soluções minimamente satisfatórias para atender às nossas demandas mais imediatas, o que torna o uso de atalhos uma solução muito mais econômica do que adotar alguma modalidade de processamento exaustivo realizado

mediante estratégias algorítmicas. Esses atalhos, numerosos, face às exigências cotidianas aos quais estamos expostos, não são tão otimizados quanto às estratégias algorítmicas, mas são bem mais fáceis de serem implementados.

Dado o número substancial de heurísticas, utilizaremos um modelo de classificação inspirado em uma obra publicada em 1620 pelo filósofo escocês Francis Bacon, na qual foi postulada a diferenciação entre quatro categorias de erros capazes de desencaminhar a inteligência humana das sendas da virtude e apressar o passo em direção aos erros de julgamento e de raciocínio (Bacon, 1997). Tais fontes de erros, denominadas ídolos, fazem referência à

- natureza humana – exemplificada pelos ídolos da tribo;
- à biografia – os ídolos da caverna;
- às relações – os ídolos do foro; e
- à inteligência humana – os ídolos do teatro.

Indicaremos o que caracteriza cada um desses ídolos e como eles se relacionam com as modernas teorias formuladas sobre a tendência humana a utilizar de forma sistemática heurísticas e vieses.

3.2.2.1 Ídolos da tribo: clusterização, pareidolia e vieses de aceitação

As pressões evolutivas impuseram uma série de limites e restrições às capacidades cognitivas dos seres humanos, particularmente no que concerne aos exageros relativos à identificação de padrões em que supostamente existem apenas um emaranhado de itens aleatórios e sem qualquer relacionamento sistemático. Uma vez que reconhecer padrões sistemáticos entre os eventos pode ter sido uma habilidade decisiva para a sobrevivência humana, é factível a suposição de que a natureza nos tenha apresentado com um certo exagero em tal capacidade, fazendo-nos identificar padrões onde efetivamente eles não existem.

A **clusterização** é uma heurística cujos fundamentos envolvem a imposição de uma métrica fundamentada na dimensão da similaridade, a qual impele que elementos totalmente desconexos e sem qualquer relacionamento entre si, caso sejam similares sob o ponto de vista da aparência, sejam percebidos como partes de uma configuração maior (Gilovich, Vallone, & Tversky, 1985).

Ao contrário da heurística da clusterização, cujo elemento mais distintivo se refere à natureza e à organização dos estímulos, a heurística da **pareidolia** se aproxima mais da dimensão do percebedor ou, para ser mais exato, do grau de familiaridade de quem percebe, assim como do conjunto de experiências prévias do percebedor com o objeto percebido. É a nossa familiaridade com a observação das nuvens e com as representações imagéticas dos animais que impõe que identifiquemos formas animais em objetos que são apenas nuvens (Pavlova, Heiz, Sokolov, Fallgatter, & Barishnikov, 2018; Pennycook, Cheyne, Barr, Koehler, & Fugelsang, 2015).

Se as experiências relacionadas com a clusterização e a pareidolia mantêm forte dependência com os processos sensório-perceptuais, os vieses de **aceitação** estão associados principalmente aos processos cognitivos. Como sugerido pelo nome da heurística, trata-se de uma tendência, considerada decisiva na sobrevivência da espécie humana, em aceitar os falsos positivos, a considerar válida a crença na existência das inferências a respeito das relações entre dois eventos, ainda que tais relações venham posteriormente a se demonstrar equivocadas.

Conforme assinalaram von Hippel e Trivers (2011), a crença de que o outro está falando a verdade e não enganando ou mentindo, embora possa posteriormente se mostrar equivocada, representa uma condição decisiva para restaurar o conforto em condições de incerteza e para fazer frente aos inúmeros desafios enfrentados ao longo da vida. Em certa medida, os vieses de aceitação podem ser facilitados por algumas inclinações caracteristicamente humanas, pois tendemos a acolher as informações compatíveis com o senso comum caso elas sejam expressas de maneira direta, clara e sem subterfúgios, sejam compatíveis com o até então considerado verdadeiro, se forem compartilhadas pelos demais e favorecerem o julgamento positivo a respeito do grupo, da cultura e da visão de mundo hegemônica na sociedade em que se vive.



Figura 8 – Apenas nuvens?

(Imagem gerada com o engenho de inteligência artificial DreamStudio AI)

3.2.2.2 Ídolos da caverna: eu como centro de referência, excesso de confiança, ilusão de controle, autojustificação e autoconfirmação

Se nos igualamos a todo e qualquer humano por estarmos todos sujeitos às mesmas pressões evolutivas e sermos dotados de estruturas neurais muito semelhantes, as circunstâncias que se apresentam na vida fazem com que cada um de nós tenha de viver de uma maneira toda particular. Somos aquinhoados com uma biografia que nos singulariza e nos diferencia dos demais. Todos somos socializados, habituamo-nos com o que é comum à nossa cultura e nos acostumamos a atender às demandas cotidianas a partir de um repertório de hábitos compartilhados com os que vivem no nosso meio. As heurísticas relacionadas com os ídolos da caverna se referem a mecanismos associados às ações de indivíduos singulares, dotados de corporeidades características, definidas em função de critérios, como a idade, o sexo e outros marcadores fenotípicos. Se os hábitos e as rotinas de um menino de 5 anos de idade diferem substancialmente daqueles comuns a uma adolescente de 16 anos, os ídolos da caverna deixam claro os mecanismos cujo domínio de ação os aproximam mais do plano da biografia.

A heurística do **eu como centro de referência**, como indicado pelo nome, se manifesta nas circunstâncias em que a medida de todas as coisas é calculada em função de um sistema de referência inteiramente pessoal (Gilovich, Medvec, & Savitsky, 2000; Ross & Sicoly, 1979). Imaginar-se no centro do mundo não é uma operação difícil de ser realizada. Estudos conduzidos na área da psicologia cognitiva sobre os mapas mentais adotam a expressão ‘quadro de referência cognitivo’ para aludir à estratégia de auto-orientação em que a pessoa se imagina no centro da ação e adota o seu próprio ponto de referência para processar a informação (Benjafield, 2007).

Essa heurística é usual na vida cotidiana e responde por uma série de situações nas quais a pessoa é incapaz de modificar a perspectiva de análise da situação e se colocar na posição do interlocutor. O efeito de um quadro de referência pessoal suficientemente rígido torna-se indisputável no caso em questão. Quanto mais rígidas forem as crenças pessoais, menor a probabilidade de alguém desconsiderar as próprias capacidades de julgamento e, conseqüentemente, maior o risco em fazer uma avaliação inadequada da situação.

Imaginar-se o centro do universo está fortemente associado com uma avaliação excessivamente otimista acerca de si mesmo, sendo razoável imaginar a existência de mecanismos psicológicos destinados a manter intacta a avaliação positiva do auto-conceito e da autoestima. A heurística do **excesso de confiança** alude aos vieses que atendem a esta demanda, sendo decisiva no sentido de impor uma tendência a identificar as ameaças que poderiam incidir sobre essa avaliação positiva e, conseqüentemente, impor distorções na avaliação e no julgamento de maneira a minorar o efeito destas ameaças (Kruger & Dunning, 1999; Moore & Healy, 2008). Confiar demais em si mesmo pode ser tão disruptivo quanto confiar demais nos outros, associando-se demasiadamente com a credulidade. Os efeitos dessa heurística podem se manifestar em alguns domínios, a começar pela condução de julgamentos distorcidos no sentido de se imaginar apto a realizar determinadas atividades ou ser dotado de habilidades

que definitivamente estão fora do alcance. Essa tendência é disparada muito mais facilmente nas circunstâncias em que são conduzidas comparações entre o próprio desempenho e o dos outros e impõe uma distorção no sentido de supervalorizar as próprias habilidades e a considerar o desempenho do outro apenas mediano ou, em alguns casos, absolutamente pífio. Em resumo, representa um exagero na estimativa do que se é capaz de fazer, algo bastante comum mesmo entre aqueles que detêm conhecimentos especializados sobre algum domínio científico (Metcalf, 1988; Tetlock, 1998).

Se temos uma enorme confiança em nossas capacidades, não temos como duvidar que seremos capazes de manter o curso dos acontecimentos numa direção compatível com as nossas expectativas, ainda que as circunstâncias nos impeçam de interferir ou modificar os acontecimentos por força das nossas ações. Esse tipo de erro de raciocínio é denominado heurística da **ilusão de controle** (Langer, 1975; Presson & Benassi, 1996; Thompson, 1981; Wolfgang, Zenker, & Viscusi, 1984).

Uma área na qual a heurística da ilusão de controle se manifesta é a dos jogos e apostas. Não é incomum que apostadores e jogadores desenvolvam rituais e não duvidem que se algo sair do roteiro a possibilidade de vitória estará definitivamente comprometida, ao tempo que apostar na manutenção do ritual será suficiente para garantir o sucesso da jornada. A gravata vermelha, a moedinha misteriosa, o sopro nos dados, a entrada no recinto com o pé direito, a cadeira do sucesso; elementos como estes contribuem para a manter a ilusão de controle e oferecem um conforto que nenhuma explicação razoável consegue corromper (Delfabbro & Winefield, 2000; Dixon, Hayes, & Ebbs, 1998; Wolfgang, Zenker, & Viscusi, 1984).



Figura 9 – Um jogador (pouco) bafejado pela sorte.

(imagem gerada pelo engenho de inteligência artificial DreamStudio AI)

Em outras áreas, a exemplo da saúde, a ilusão de controle pode exercer efeitos ainda mais funestos. Alguém que se ilude em relação à própria saúde termina por assumir riscos muito significativos, pois ao se imaginar em bom estado acaba por evitar a adoção de ações compatíveis com uma maior probabilidade de recuperação (Harris & Middleton, 1994).

Seja pela ilusão de controle, por se colocar no centro do universo ou por excesso de confiança, tendemos a selecionar de forma cuidadosa as informações que nos interessam, a considerá-las mais do que justificadas, a valorizá-las e levá-las em consideração nas circunstâncias em que decisões devem ser tomadas e implementadas. A tendência à **autojustificação** se associa fortemente com um outro mecanismo de enviesamento, a heurística da **autoconfirmação**, cujo efeito principal reside em nos fazer menosprezar ou considerar pouco dignas de nota as informações que contrariem as crenças e expectativas que acolhemos (Myers, 2019).

Se todos estamos sujeitos às mesmas pressões evolutivas, os ídolos da caverna nos obrigam a reconhecer os erros que cometemos em função daquilo em que somos singulares. A nossa biografia é particularmente marcada pela educação que recebemos e os ídolos da caverna nos fazem confiar cada vez mais naquilo em que acreditamos e isso nos torna escravos de nós mesmos, dos nossos hábitos e dos costumes que cultivamos.

3.2.2.3 Ídolos do foro: polarização grupal, validação consensual da realidade, falso consenso, retratação, exclusividade, perseverança e retratação

Ao aportarmos ao mundo, aqui desembarcamos absolutamente despreparados para enfrentar os enormes desafios e, caso não fôssemos acolhidos por um grupo humano, a nossa sobrevivência estaria irremediavelmente comprometida. Esse é o bom indicador de quão social é a condição humana e permite entender a suposição de Francis Bacon de que as relações que estabelecemos com os demais, mediadas sobretudo pela linguagem, podem estar sujeitas a inúmeros erros, pois nos apegamos muito mais ao universo das palavras e nomes do que ao mundo real. As disputas nas quais frequentemente nos envolvemos se relacionam sobretudo com as palavras e os nomes, e muito menos com as coisas referidas pela linguagem. Quantas e quantas vezes não utilizamos nomes para aludir a coisas que não existem, embora o mais comum seja utilizá-los para se referir a coisas reais, embora estas possam estar tão mal definidas, que em lugar de implementar um debate razoável e esclarecedor nos encaminham na direção da confusão e do erro?

No contexto dos embates que se apresentam no âmbito das relações sociais, a utilização de recursos verbais com a finalidade de imobilizar ou sobrepassar o oponente não é incomum. O apoio em um grupo de afins contribui decisivamente para a ação dos ídolos do foro. A heurística da **polarização grupal** informa quão natural é limitar os espaços de convivência, frequentando ambientes muito restritivos, apoiando e buscando apoio em quem comunga os mesmos pontos de vista e, caso necessário, apelar

ao grupo para colocar os “atrevidos” no devido lugar, espezinhar os divergentes ou menosprezar os incautos que se colocam numa posição de neutralidade (Vicario, Quattrociochi, Scala, & Zollo, 2019). Ser bem acolhido ou ter as ideias bem acolhidas por um grupo proporciona o florescimento de um sentimento favorável em relação ao grupo, o que facilita o entendimento de que o defendido pelo grupo é uma posição absolutamente natural e razoável, ao tempo que intensifica um sentimento de rejeição em relação às teses contrárias ao defendido pelo grupo (Lees & Cikara, 2021).



Figura 10 – Um grupo humano desfruta uma boa prosa em um sítio aprazível.

(imagem gerada pelo engenho de inteligência artificial DreamStudio AI)

A heurística da **validação consensual da realidade** alude a esta tendência a deixar de levar em conta a observação da realidade e a confiar muito mais naquilo que é reiteradamente confirmado durante os encontros com os membros do próprio grupo. A busca pela convergência de opiniões e a tentativa de adoção de padrões coordenados de conduta entre os membros de um grupo exerce, muitas vezes, um efeito tranquilizador, particularmente quando se enfrenta situações nas quais a incerteza, o medo ou o pânico se apresentam no horizonte (Butts, 1998; Krueger, Vogrincic-Hasselbacher, & Evans, 2019).

Não é incomum, em um universo consensualmente definido pelo grupo, que se manifeste uma tendência a oferecer suporte à estimativa de que o número de pessoas que acolhe opiniões semelhantes à nossa seja maior do que se apresenta na realidade. Esse mecanismo que leva ao exagero é denominado heurística do **falso consenso** (Mullen, Atkins, Champion, Edwards, Hardy, Story, & Vanderklok, 1985). Ela atua quando uma pessoa passa a acreditar que a posição que defende é majoritária, ou compartilhada por um grande número de pessoas (Marks & Miller, 1987). Uma pessoa que decide se comportar de uma determinada maneira tende a acreditar que a sua forma de agir é mais usual que aquela escolhida por uma pessoa que preferiu adotar um curso de ação distinto. De acordo com Ross, Greene e House (1976), os observadores tendem a superestimar o grau com que as suas respostas são vistas como representativas da opinião da maioria. Nesse sentido, uma vez que a resposta é vista como algo consensual, ela seria pouco informativa a respeito das intenções ou das disposições do ator. Ao avaliarem a literatura sobre o assunto, Alicke e Largo (1985) reconheceram que essa heurística deve ser analisada como um processo dotado de uma relativa complexidade. Uma possível explicação para esse fenômeno é a exposição seletiva. Um dos espaços em que a heurística do falso consenso se manifesta com mais vigor é o do ambiente dos pequenos grupos, especialmente quando os membros do grupo compartilham, como é usual, um mesmo sistema de crenças ou opiniões. Nesse contexto, existe pouco espaço para a expressão de pontos de vista contraditórios, o que favorece a assunção de uma crença generalizada de que todos pensam da mesma.

Um outro viés que se fundamenta no exagero é a heurística da **exclusividade**, a qual envolve uma tendência a supervalorizar as próprias habilidades e capacidades, ao tempo que se considera aos outros ineptos ou incapazes, ou pelos menos, não tão talentosos o quanto somos (Ross, Greene, & House, 1977; Suls, Wan, & Sanders, 1988). Essa heurística pode se referir tanto às nossas capacidades pessoais, e nesse particular, tendemos a nos considerar bem mais talentosos do que as outras pessoas, inclusive as do nosso grupo, ou pode aludir ao plano grupal, no qual consideramos que o grupo ao qual pertencemos é um clube de acesso estrito e exclusivo a que toda e qualquer pessoa almeja se filiar.

Usualmente tendemos a ser seletivos em relação às fontes de informações com as quais estamos dispostos a manter algum tipo de contato. A heurística da **perseverança** se refere a essa tendência a escolher os meios nos quais procuramos nos informar, como também a restringir os nossos contatos interpessoais e intergrupais àquelas pessoas que compartilham as nossas crenças, o que faz com que nos distanciemos das pessoas ou grupos que defendem posições incompatíveis com as nossas e restringimos a nossa esfera de ação aos grupos ou às pessoas que se posicionam de forma consistente com o que acreditamos (Ross, Lepper, & Hubbard, 1975).

O poder das palavras é decisivo no que concerne ao efeito dos ídolos do foro. Uma afirmação intempestiva, uma afirmação mal proferida pode acarretar danos irremediáveis a uma reputação, ainda que a pessoa que tenha cometido o deslize tente retroceder. A heurística da **retratação** se refere a uma tendência a dificilmente conseguir apagar da memória uma informação dotada, até então, de credibilidade. Nada garante que os membros de um júri em um tribunal desconsiderem uma informação nele

previamente apresentada, ainda que tenham sido explicitamente orientados a desconsiderar aquela peça de informação. Tampouco é razoável tecer comentários desabonadores em relação a um interlocutor e solicitar, em seguida, ou mesmo em um momento posterior, que este apague da memória o que ouviu. Temos uma tendência de remoer a informação, ainda que tenhamos sido explicitamente orientados a desconsiderar a informação que nos foi apresentada (Bar-Ilan & Halevi, 2021).

3.2.2.4 Ídolos do teatro: negligência das probabilidades, iletramento estatístico, correlação ilusória, repetição, fluência, ancoragem e ajustamento, representatividade, acessibilidade e regressão à média

A última categoria de ídolos, os do teatro, se encontra associada com o plano das doutrinas e teorias e cuja aceitação irracional e indiscriminada impõe certezas intelectuais que terminam por nos afastar de uma visão mais objetiva da realidade. Trata-se de um quadro particularmente pungente, pois esse ídolo tende a sub-repticiamente a se insinuar em um domínio no qual o rigor da prova e a preocupação com o pensamento lógico é preponderante. O reconhecimento da ação dos ídolos do teatro pode representar um antídoto contra a arrogância intelectual e contra a vaidade acadêmica, pois seus efeitos deixam claro que mesmo nos locais dedicados ao conhecimento e ao cultivo das virtudes da ciência, nos espaços amiúde frequentados por aqueles que por formação e dever de ofício se dedicam aos afazeres intelectuais, os paralogismos e os erros de raciocínio atuam de forma inexorável.



Figura 11 – Um local dedicado à ciência e ao conhecimento.

(imagem gerada pelo engenho de inteligência artificial)

O apego a doutrinas e teorias, aprendidas com muito custo e objeto de dedicação diuturna, é algo intrinsecamente humano. Isso faz com que algumas diretrizes básicas nas ciências sejam abandonadas. O raciocínio probabilístico é um domínio no qual esses efeitos têm sido sistematicamente documentados. O impacto dos trabalhos de Tversky e Kahneman (1974) na área de julgamento em condições de incerteza se manifestou em várias direções. Um desses desenvolvimentos, os estudos relativos ao julgamento sobre a probabilidade de ocorrência de um evento, evidenciou a enorme dificuldade que as pessoas encontram ao trabalhar com a noção de evento aleatório. Uma situação típica apresentada nesses estudos envolve solicitar que o participante do estudo faça algum tipo de estimativa e, posteriormente, evidenciar a dificuldade do participante em lidar com julgamento que envolve probabilidades.

Um dos exemplos mais conhecidos relaciona-se com a estimativa de julgamento a respeito da ordem de nascimento dos seis filhos de um casal, três garotos e três meninas. Frente a uma série de alternativas de resposta, em geral o participante considera que seja mais provável que a ordem de nascimento seja, por exemplo, mulher, homem,

mulher, homem, homem e mulher, e considera altamente improvável que a ordem seja mulher, mulher, mulher, homem, homem e homem. Não existe nenhum fundamento lógico para a aceitação que a primeira alternativa seja mais provável que a segunda, mas a ordem de nascimento apresentada na segunda sequência não parece ser nada intuitiva. A dificuldade para aceitação que a segunda sequência possa ser tão provável quanto a primeira ocorre porque, de modo geral, as pessoas associam o acaso à ausência de regras, enquanto o caso representa claramente a aplicação de uma regra, primeiro nascem as garotas e depois os varões.

A dificuldade para a aceitação reside na impossibilidade que as pessoas geralmente encontram em compreender o conceito de aleatorização, em especial a diferenciação entre o não aleatório e a aleatorização entendida como um processo ou como um produto. O resultado de um processo aleatório pode gerar produtos que aparentemente não são aleatórios, e isto pode levar a pessoa a acreditar que o processo em si não é aleatório. A sequência mulher, mulher, mulher, homem, homem, homem é o resultado de um processo inteiramente aleatório, embora as pessoas dificilmente acreditem nisso.

Desrespeitar as probabilidades é mais comum do que imaginamos e a heurística da **negligência das probabilidades** alude a uma condição que impõe que nos preocupemos exageradamente com a ocorrência de um evento cujas chances de se manifestar se posicionam na casa do altamente improvável (Barbey & Sloman, 2007). Alguém que se preocupa em demasia em sofrer um acidente de avião é um exemplo dessa heurística, pois a possibilidade de sofrer um contratempo no meio de transporte que a leva ao aeroporto é bem maior do que a de ser vítima de um acidente aéreo. O **iletramento estatístico** impõe que interpretemos de forma inadequada indicadores estatísticos e, ainda mais grave, que as nossas ações sejam totalmente condizentes com estas interpretações errôneas (Myers, 2019; Lyons, Merola, & Reifler, 2020).

Ainda no domínio estatístico, um dos erros inferenciais mais comuns é a **correlação ilusória**. Durante a disputa da Copa do Brasil de futebol, no ano de 2007, a equipe do Botafogo foi visivelmente prejudicada pela arbitragem durante o confronto com outra equipe, em uma etapa avançada da competição. No dia seguinte, o técnico, os torcedores e alguns dirigentes fizeram uma série de declarações à imprensa, nas quais as reclamações contra a arbitragem eram a tônica. Tudo não seria mais do que uma típica reclamação dos perdedores que se segue à derrota em uma partida importante, se o alvo principal das reclamações não fosse uma auxiliar de linha, do sexo feminino. Um dirigente chegou a insinuar sobre a falta de propriedade na escolha de mulheres para dirigir partidas disputadas por homens, sugerindo que a auxiliar, após a jornada infeliz, fosse definitivamente excluída do quadro de árbitros da Confederação Brasileira de Futebol. Por certo, a entidade máxima do futebol brasileiro se sentiu sensibilizada face às reações da imprensa e dos dirigentes, pois na mesma semana da atuação desastrosa da auxiliar prescindiu temporariamente dos serviços da ilustre senhora em torneios oficiais.

Se erros de arbitragem em partidas de futebol ocorrem em praticamente todos os jogos, por que uma reação tão desmedida em relação aos erros da auxiliar? Simples-

mente porque ela é mulher... e mulheres auxiliares de arbitragem ainda hoje são raras. Se dois eventos que chamam a atenção, uma senhora auxiliar de linha e um erro escandaloso de arbitragem aparecerem associados, cria-se uma ilusão de que os dois eventos estão sempre associados. Daí a expressão correlação ilusória, para fazer referência a uma associação indevida entre dois acontecimentos incomuns, o que leva a pessoa a decidir que um evento dessa natureza sempre se encontra associado ao outro. Dessa forma, o processo de correlação ilusória cria a associação mulheres-erros de arbitragem, e esta associação termina por fazer que dirigentes dos clubes mais afoitos solicitem a exclusão de auxiliares de linha do sexo feminino, pois futebol é coisa de macho, e impele os dirigentes da comissão de arbitragem a excluir, mesmo que temporariamente e sem nenhum pudor, alguém que cometeu um erro, quase semelhante aos que ocorrem diariamente nos inúmeros campos de futebol espalhados pelo planeta.

Os ídolos do teatro, no entanto, não se restringem aos limites impostos pelos erros interpretativos. A miopia cognitiva vai além, pois em algumas circunstâncias os erros são cometidos pela dificuldade em estimar com precisão a fonte, o grau de confiabilidade e a validade das informações recebidas (Fiedler, 2019). O domínio argumentativo também oferece um excelente potencial para a ação dos ídolos do teatro. Pesquisadores da heurística da **repetição** demonstraram (repetitivamente, talvez) que um argumento particularmente frágil pode se difundir muito rapidamente e ser bem acolhido pelo simples fato de ser enunciado muitas vezes e em inúmeras situações, enquanto a capacidade de convencimento imposto por pessoas com destacada capacidade retórica oferece indicadores dos poderosos efeitos persuasivos da heurística da **fluência** (Corneille, Mierop, & Unkelbach, 2020).

Os doutrinadores são particularmente propensos a não abandonarem as teorias que tanto acalentam. Essa tendência, no entanto, não se restringe aos grandes doutrinadores, pois todos estamos sujeitos à heurística da **ancoragem e ajustamento**, uma tendência de enfrentar dificuldades ao se tentar modificar o julgamento inicial, de forma que este se ajuste às novas informações porventura recebidas. Um exemplo proporcionado por Tversky e Kahneman (1974) ajuda a esclarecer este tipo de heurística. Nesse caso, os participantes do estudo deveriam produzir estimativas das respostas para duas operações aritméticas suficientemente complexas para inibirem a realização mental dos cálculos.

a) $8 \times 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1$

b) $1 \times 2 \times 3 \times 4 \times 5 \times 6 \times 7 \times 8$

Uma vez que os cálculos não são facilmente executados, o valor médio das estimativas de resposta dos participantes alocados à condição a) foi 2.250, enquanto a dos alocados à condição b) foi 512. O erro de estimativa dos dois grupos foi bastante grosseiro, mas o que importa é que o valor estimado pelos membros do primeiro grupo foi

bem mais alto que o encontrado entre os membros do segundo grupo. Tudo leva a crer que a discrepância nos resultados ocorre porque os participantes usam o valor inicial da sequência como um ponto de partida para ajustar a estimativa de resposta. Aqueles que usaram um valor mais alto como ancoragem para fazer o ajustamento da estimativa, o oito, apontaram um valor expressivamente mais alto que os participantes que fizeram um ajustamento a partir de um valor de ancoragem mais baixo.

De acordo com Epley e Gilovich (2006), a heurística da ancoragem e do ajustamento pode ser descrita tanto como um fenômeno, uma estimativa final que é ajustada de acordo com uma posição inicial, e um processo, uma tendência em alcançar um ajustamento a partir de um valor inicial, que finaliza quando o valor ajustado atinge uma faixa de valores plausíveis. O estudo em que Plous (1989) procurou avaliar o efeito da ancoragem e do ajustamento na estimativa da ocorrência da conflagração de um conflito nuclear representa a primeira destas duas linhas de pesquisa. Os participantes foram alocados a dois grupos experimentais: em um deles foi afirmado que a chance era maior de que 1 em 100, enquanto a instrução para os membros do outro grupo era a de que a probabilidade de deflagração de um conflito nuclear era menor de que 90 em 100. Posteriormente, os participantes foram solicitados a ajustar a estimativa de probabilidade até o ponto em que considerassem ter atingido a uma estimativa mais precisa. Os resultados mostraram um claro efeito da ancoragem, pois aqueles que partiram da probabilidade inicial 1 aumentaram o valor até atingir o valor 10 em 100, enquanto os participantes que partiram do valor 90, ajustaram as estimativas até atingir o valor 25 em 100 de chances de deflagração de uma hipotética guerra nuclear.

Outra heurística capaz de comprometer os esforços intelectuais é a da **representatividade**, que se manifesta nas circunstâncias em que um objeto passa a ser incluído em uma categoria em virtude da extensão com que os seus principais fatores se assemelham ou representam mais aquela categoria do que outras. O percebedor leva em consideração as semelhanças entre dois objetos para inferir que um possui as características daquele ao qual ele se assemelha. Se um objeto possui os fatores representativos de uma dada categoria, ele tenderá a ser incluído nesta categoria. Se uma pessoa que se muda para o apartamento ao lado se traja como militar, se porta como militar e anda com outros militares, é muito provável que ela seja rapidamente categorizada como militar. Essa conclusão é alcançada antes que se passem semanas ou meses e sem qualquer investigação mais aprofundada dos curiosos da vizinhança.

Um amplo conjunto de informações que poderiam servir como linha de base e ajudariam na elaboração de uma avaliação mais precisa tende a ser desconsiderado ou negligenciado e a decisão se fia apenas nos elementos mais representativos da categoria. O efeito dessa heurística foi demonstrado em um estudo no qual se procurou avaliar o efeito das heurísticas no diagnóstico da AIDS (Triplet, 1992). Nesse estudo, os participantes, após serem informados sobre as características de alguns pacientes hipotéticos, que variavam quanto ao gênero, a preferência sexual e aos sintomas das doenças, deveriam fazer o diagnóstico e julgar o grau de responsabilidade a ser atribuída ao paciente por ter contraído a doença. Em todos os casos, os sintomas apresentados com maior frequência foram os da gripe. Os resultados evidenciaram o efeito de um viés cognitivo que fez com que os participantes, contra as informações apresenta-

das na descrição, estabelecessem a associação entre o diagnóstico de AIDS e a homossexualidade do paciente. Os resultados do estudo levaram o autor a alertar, ainda em 1992, o impacto das heurísticas da representatividade e da acessibilidade na criação de uma atmosfera de medo e preconceito em relação aos portadores do vírus HIV.

A confiança nas próprias lembranças também é uma fonte de erros associada aos ídolos do teatro, particularmente no que concerne à heurística da **acessibilidade**. Esta representa uma tendência a julgar a probabilidade, a frequência ou eficácia causal de um evento com base na facilidade ou na extensão com que o conteúdo pode ser acessado na memória. Uma parcela significativa da população se deleita assistindo novelas televisivas, onde são apresentadas amiúde situações dramáticas, emocionalmente carregadas, nas quais as ações dos personagens são invariavelmente previsíveis. Como a audiência assiste quase que diariamente essas novelas, os conteúdos e as rotinas comportamentais adotadas pelos personagens são evocados pela memória com muita facilidade, e estes conteúdos podem ser utilizados como critério para a realização de julgamentos sobre muitos eventos da vida real. As pessoas passam a acreditar que a forma estereotipada pela qual as situações sociais apresentadas nas novelas representam bem as circunstâncias que ocorrem na vida real (Gerrig & Prentice, 1991). De forma semelhante, acontecimentos de grande impacto e de ampla divulgação nos meios de comunicação de massas, por exemplo, um crime, chamam muita atenção durante um certo período de tempo, e por serem frequentemente discutidos nos mais diversos contextos terminam por favorecer a tendência em superestimar a frequência de ocorrência de eventos de semelhante natureza.

Outra forma de manifestação do viés da acessibilidade ocorre quando o enorme cabedal de conhecimento de uma pessoa sobre um determinado assunto favorece a expressão de erros que, normalmente, não são cometidos por indivíduos que não possuem um conhecimento especializado naquele domínio. Castel, McCabe, Roediger e Heitman (2007) demonstraram que um repertório mais amplo a respeito de um determinado domínio de conhecimento favorece a expressão de uma forma particular de erro – a intrusão – em uma tarefa de evocação. Em um estudo experimental, os participantes foram solicitados a memorizar duas listas, uma com 11 itens vinculados ao domínio da anatomia (joelho, olhos, braços etc.), e outros 11 itens relativos ao domínio dos animais, mas que ao mesmo tempo representavam nomes de times famosos do futebol profissional norte-americano (Dolphins, Lions, Jaguars, Broncos). Após estudarem essa lista, participaram de uma outra tarefa de recobrimento e posteriormente foram solicitados a evocar os itens previamente apresentados nas duas listas. Os resultados indicaram que os participantes com alto grau de conhecimento a respeito de futebol apresentaram um melhor desempenho na tarefa de evocação e, mais importante, aludiram a um maior número de itens falsos positivos relativos a animais que os participantes com baixo grau de conhecimento sobre o domínio. Em conjunto, os resultados indicam, portanto, que conhecer bem um assunto contribui para a evocação de um maior número de itens, e esta condição também proporciona um menor automonitoramento durante a realização da tarefa e, conseqüentemente, uma maior facilidade de expressão dos erros de evocação associados aos itens relativos ao domínio.

Além dos domínios estritamente cognitivos anteriormente referidos, os ídolos do teatro também podem estar associados à ação humana. A heurística da **regressão à média** relaciona-se com o destaque que ocorre quando o desempenho de uma pessoa, em determinada área de atividade em que ela é especializada, foge do padrão. Nenhum jogador de futebol, por exemplo, consegue manter um padrão espetacular de atuação indefinidamente. Os cronistas esportivos usualmente se referem a essa condição afirmando que o atleta atravessa uma boa fase e, obviamente, neste período o esportista ganha um merecido destaque nos meios de comunicação de massa, sendo amiúde premiado e requisitado para entrevistas nas estações de rádio, a fotografia é publicada nas primeiras páginas dos cadernos esportivos dos periódicos e portais de notícias e as suas intervenções dentro do campo são repetidas à exaustão nos programas televisivos. Uma vez que a manutenção de um padrão de desempenho excepcional não dura para sempre, o fenômeno da regressão à média se relaciona com o retorno a um padrão de desempenho habitual e a tendência dos aficionados e da imprensa a se decepcionar com o retorno do atleta ao seu padrão de desempenho usual, acusando-o de estar “mascarado” ou, mais sutilmente, insinuando que a inesperada fama parece ter sido danosa para a carreira do atleta.

Ao contrário dos ídolos previamente discutidos, que se insinuam por sermos humanos, por estarmos sujeitos às nossas vontades e emoções ou por nossas relações serem dominadas pelas palavras, nos esforçamos muito para sermos escravizados pelos ídolos do teatro porque estes se impõem nas circunstâncias em que acatamos, com a melhor das boas vontades, as teorias e sistemas filosóficos que insistimos em defender. Os ídolos do teatro assumem muitas feições, e a sofisticada é a primeira delas; é preferível encontrar algo positivo, e as palavras ajudam a enfrentar uma realidade que pode ser rude e dura. As conclusões pouco importam pois as opiniões já estão formadas na partida e o que importa passa a ser encontrar novas formulações para sustentar o que já se sabe de antemão. Tornamo-nos, pela via dos ídolos do teatro, imensamente crédulos e a serventia das nossas experiências atende apenas ao desígnio de reforçar as nossas mais caras teorias. A segunda face dos ídolos do teatro também nos afeta diretamente e se assenta em uma estratégia marcada pela pura e simples empiria. A reflexão teórica pouco importa, o que conta é a experiência, as emoções, os afetos por essas despertadas e as ingênuas certezas que oferecem. Podemos até agir, mas sem uma teoria que defina e organize o que estamos olhando, sem o conhecimento que define as nossas experimentações, perdemos o rigor e nos deixamos capturar pelos turbilhões dos hábitos e dos costumes. A terceira face dos ídolos do teatro, nos alerta Bacon, é a proximidade com as superstições e a teologia. Desde o iluminismo, preferimos a razão ao mito. A reverência aos mitos, quais forem, representa uma erva daninha e, como tal, impede o florescer do verdadeiro conhecimento. Devemos nos precaver contra todas as faces dos ídolos do teatro, pois eles podem facilmente nos dominar e ao nos escravizarmos, tendemos a nos pronunciar apressadamente sobre todas as coisas e acabamos por entrar em um insuperável estado de catalepsia, aprisionados pela beleza das formulações que imaginamos representar a mais pura e absoluta verdade.

3.3 DESENVOLVIMENTOS ATUAIS

Ao escrevermos o capítulo sobre a cognição social para uma edição anterior do presente manual, publicada em 2011, afirmamos, à época, que parte substancial dos desenvolvimentos teóricos, conceituais e metodológicos da psicologia social estavam subordinados à perspectiva teórica da cognição social (Ostrom, 1984; Macrae & Miles, 2012) e assinalamos o quanto o predomínio desta perspectiva resultou de mudanças na concepção de ser humano, introduzidas a partir dos anos 1950 em função da crescente popularização do modelo informático da mente. O esforço empreendido por muitos estudiosos em encontrar uma maneira de abrir a caixa-preta dos behavioristas terminou por levar a um interesse acentuado pelo estudo da vida mental e, conseqüentemente, pelos processos internos, que embora não observáveis, poderiam ser inferidos durante o funcionamento da mente humana (Lachman et al., 1979; Spaulding, 2018).

Os computadores pessoais eram então concebidos como dispositivos capazes de tratar a informação bruta e oferecer como saída uma ação capaz de emular a inteligência humana, uma metáfora rapidamente adotada pelos psicólogos de formação cognitiva e que se ampliou consideravelmente o alcance, atingindo vários domínios especializados da psicologia, incluindo a psicologia social, então às voltas com teorias de curto alcance, com o problema da replicabilidade e com a persistente crise de relevância. Como uma boa metáfora (Leary, 1994), o modelo informático da mente representou uma alternativa aceitável, por oferecer uma direção unificada para as pesquisas em desenvolvimento.

O movimento organizado em torno do que se convencionou chamar de ciências cognitivas ofereceu uma base filosófica e metodológica (Gardner, 2003), capaz de articular programas de pesquisas oriundos de áreas de pesquisa tão díspares como as neurociências, a inteligência artificial ou a psicologia. Inicia-se, então, um movimento no sentido de articular linhas diversas de investigação, que apesar das diferenças no que concerne ao domínio especializado de conhecimento, se subordinavam a princípios interpretativos comuns.

3.3.1 EM BUSCA DE MODELOS INTEGRADORES

A imagem apresentada na Figura 12 permite identificar as relações entre as ciências cognitivas. Uma série de estudos procuraram evidenciar as relações bilaterais entre os domínios especializados de conhecimento, a exemplo das articulações entre a psicologia social de base cognitiva e as neurociências, como nos estudos que colocaram em evidência as bases biológicas do comportamento social (Frith & Frith, 2001), as relações entre a evolução do cérebro, a memória e a consciência (Oró, 2004), as relações entre as imagens neurais, a localização das funções cerebrais e o comportamento social (Willingham & Dunn, 2003) e as diferenças entre o uso do lado esquerdo da face para expressar abertamente as emoções e o lado direito para mostrar o controle sobre os estados emocionais (Nichols, et al., 2002).

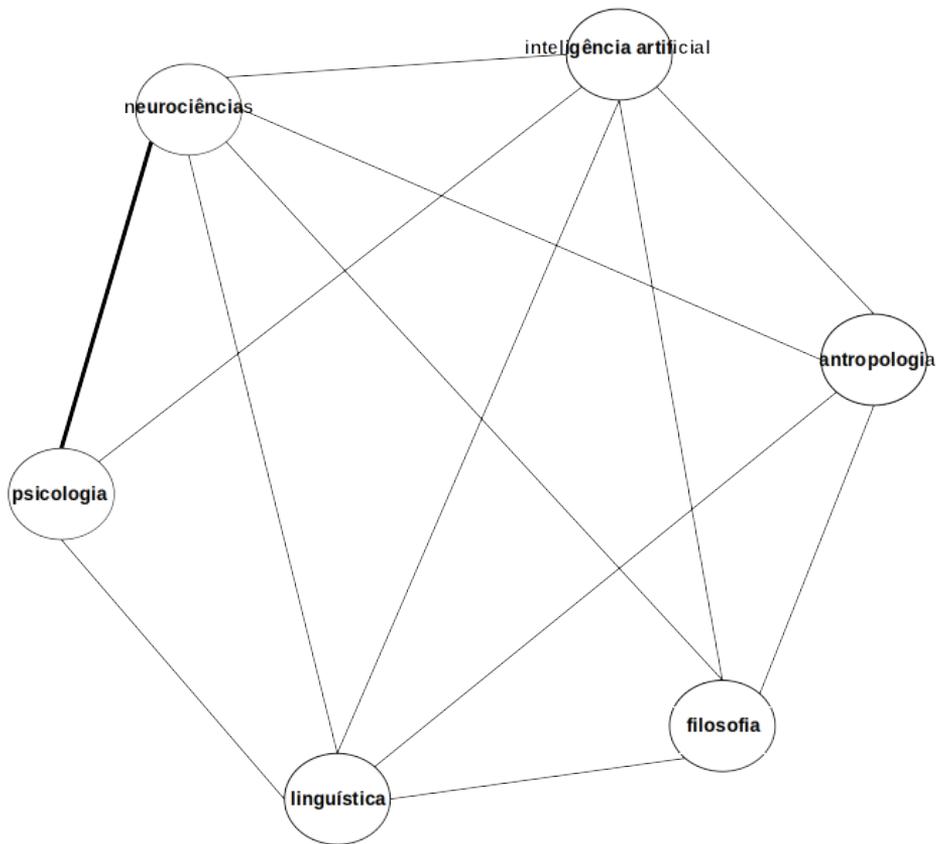


Figura 12 – diagrama das relações entre as ciências cognitivas.

Essas articulações bilaterais também podem ser identificadas em campos especializados de estudos na psicologia social, a exemplo dos estereótipos (Pereira, 2021). Foram identificadas, por exemplo, evidências a respeito dos impactos dos ritmos biológicos no julgamento social (Bodenhausen, 1980), das relações entre a ativação cerebral e os automatismos (Roser & Gazzaniga, 2004), sobre os efeitos da ameaça dos estereótipos no aumento da pressão arterial (Blascovich et al., 2001) e nas relações entre o ciclo menstrual e a manifestação dos estereótipos sexuais (Halpern & Tan, 2001).

Além dessas articulações lateralizadas, foram formulados, talvez de forma extemporânea, modelos integradores explicativistas e compreensivistas das diferentes modalidades de expressão do comportamento social (Fiske, 2000; Greenwald et al., 2002; Lee et al., 2001; Stephan & Stephan, 2000; Wyer & Srull Jr., 1989), embora a proposta complementarista desenvolvida por Doise (1986) permanecesse hegemônica.

Qual a importância de adotar uma perspectiva integradora do comportamento social, cuja base de sustentação se fundamenta na suposição de que o comportamento social apenas pode ser compreendido se forem levadas em consideração diferentes

dimensões de análise? Um fator importante reside no entendimento de que essa articulação entre os diversos planos de explicação permite relativizar os discursos pretensamente hegemônicos, que porventura tentem se impor na psicologia social. A partir do momento em que vários planos de explicação ganham reconhecimento entre os estudiosos, qualquer tentativa de estabelecer modelos exclusivistas passa a ser tratada com grande desconfiança (Ritzer & Gindoff, 1992).

Essas soluções integradoras, embora louváveis por limitar as restrições intelectuais impostas pelos ídolos do teatro, não nos parecem uma boa solução, pois aceitar que o comportamento social pode ser explicado a partir de distintos níveis de análise não nos assegura que a realidade será apreendida na complexidade por ela exigida. Ainda que a preocupação epistemológica, voltada à tentativa de encontrar explicações bem fundamentadas para o comportamento humano seja um desiderato desejável, a questão a ser enfrentada é prioritariamente ontológica, pois mais do que formularmos teorias para explicar uma realidade unificada, o mais importante é concebê-la como multiforme e estratificada (Collier, 1994; Hartwig, 2007). O fundamental não é reconhecer que possuímos um sistema cognitivo e que este deve ser abordado em consonância com as diversas perspectivas às quais nos referimos, mas reconhecer o estatuto real da cognição social e as formas pelas quais ela pode ser apreendida a partir das experiências individuais, dos eventos recorrentes e dos mecanismos que constituem e definem a cognição humana (Pilgrim, 2020).

3.3.2 A COGNIÇÃO SOCIALMENTE SITUADA

O modelo informático da mente, embora tenha desempenhado um papel destacado na fundamentação e na formalização dos estudos sobre a cognição social, com o passar do tempo terminou sujeito a pesadas críticas (Barrett, 2021). Se, face a essas críticas, a abordagem da cognição social foi capaz de incorporar demandas suscitadas pelos que postulavam a dificuldade de abordar a cognição de forma isolada e sem considerar os impactos das variáveis motivacionais e afetivas, por outro lado, assistiu-se o florescer da tese de que este estudo não poderia prescindir das reflexões suscitadas em consonância com a perspectiva da ação humana (Olson & Dweck, 2008). Como se expressaram essas teses?

i) A integração entre as dimensões conativas e cognitivas se insinuou em muitas abordagens, sendo especialmente significativa para o nosso argumento as admoestações encontradas no artigo de Smith e Semin (2004), no qual se expõe as razões pelas quais se torna imperativo incluir o conceito de ação como uma categoria decisiva para o entendimento da cognição social e, conseqüentemente, passar a concebê-la como um processo socialmente situado (Da Rold, 2018). Assim concebidos, os processos cognitivos passam a ser interpretados como dispositivos que se materializam em ações marcadas por finalidades adaptativas. Imaginemos o caso de uma pessoa que cuida de um jardim. Todos os processos meramente cognitivos, a exemplo de perceber as pragas e as doenças, assim como estar atenta ao desenvolvimento dos caules, folhas e frutos atendem a uma finalidade específica, a de guiar as ações. O mesmo

pode ser afirmado em relação às lembranças, ao conhecimento representado, à atenção, ao julgamento e à tomada de decisões. A cognição, nesse caso, se reveste de uma maior complexidade e não pode ser restritivamente qualificada como uma reflexão abstrata, contemplativa e computacionalmente orientada a respeito do mundo.

ii) Um segundo fator implica no reconhecimento, de forma compatível com o entendimento socialmente situado da cognição, que a ação humana se posiciona em um plano intermediário entre a pessoa e o meio ambiente, uma caracterização que se afasta do entendimento de que a cognição está localizada na cabeça das pessoas. Os processos cognitivos se situam em um contexto específico e dependem da tarefa a ser executada (Clark & Chalmers, 1998). No caso da jardineira, se o objetivo for o de detectar pragas e doenças e discutir com uma colega assombrada com o mesmo problema e possíveis soluções, as atividades cognitivas serão guiadas por este fim e, por certo, a maneira pela qual a informação será processada deferirá se a pessoa estiver, por exemplo, mostrando o jardim para um circunstante sem experiência ou conhecimento a respeito de pragas e doenças que afetam as plantas.

iii) Adicionalmente, torna-se necessário admitir que as atividades cognitivas devem ser caracterizadas como corporificadas, o que implica no abandono dos modelos dualistas (mente e cérebro; *nature x nurture*, por exemplo) e no acolhimento do pressuposto de que existe uma relação intrínseca e inseparável entre o corpo e a mente (Shapiro, 2007; Shapiro & Spaulding, 2021). A experiência cognitiva da jardineira com o ambiente é marcada por diferentes modalidades perceptuais. No plano visual, a informação depende de receptores que entregam as formas, as cores e as texturas; o conhecimento também é modulado pelas experiências olfativas, o que habilita a jardineira a reconhecer apenas pelos odores a boa ou péssima condição de algumas plantas; a experiência cenestésica também é decisiva, particularmente para assegurar que os efeitos do vento e dos demais elementos abrasivos não prejudiquem o cultivo; o papel das estruturas sensoriais de identificação da temperatura também não pode ser descartado na experiência da jardineira, pois esta procura o melhor local para os vasos e plantas, assegurando-se que a incidência dos raios solares contribua para o melhor desenvolvimento do cultivo. Esses elementos perceptuais, claramente associados com a corporeidade, são ativados enquanto a jardineira se movimenta, reflete e reconhece os sentimentos e afetos despertados por cada uma das plantas a que cuidadosamente se dedica (Keijzer, 2021).

iv) Uma quarta característica acentuada pelo entendimento aqui expresso é a de que a cognição deve ser entendida como distribuída, o que significa dizer que a relação entre as estruturas neurais e o ambiente não apenas é mediada por artefatos e dispositivos, mas também marcada pela presença de outros agentes humanos e animais (Paul, 2021). O conhecimento da jardineira vai muito além de desfrutar o prazer de encontrar um jardim bem cuidado. Em determinado momento, ao perceber que uma roseira precisa ser podada, a atividade cognitiva demandará a intromissão de instrumentos, como tesouras, pás e ancinhos, de diferentes dimensões e capazes de proporcionar distintos tipos de corte; a rega das plantas exigirá um cuidado especial com as condições ambientais, em particular com a hora do dia e o padrão de incidência direta do sol e implicará no uso de mangueiras e regadores, assim como envolverá

o reconhecimento da disponibilidade de água, que deve ser calculada não apenas em termos de quantidade, como também em relação ao local a ser depositada, à velocidade e a quantidade a ser despejada nas sedentas plantinhas. A tarefa de adubar exigirá buscar na memória a última ocorrência de adubação, estimar o resultado da operação conduzida em cada tipo de planta e avaliar cuidadosamente como cada uma respondeu à adubação anterior, o que acarretará decisões sobre a redução ou o acréscimo na quantidade fertilizantes, substratos e terras ricas a serem aplicadas em cada uma das plantas. Da mesma forma, o controle de pragas exigirá o reconhecimento da existência de micro-organismos, fungos e insetos e admissão correlata de que o cotidiano de relação com às plantas é inseparável do reconhecimento que estes entes se fazem presente e ocupam uma posição duradoura na relação entre os cuidadores e o ambiente. Essa condição faz com que a jardineira busque informações sobre controle de pragas, desloque-se até o local no qual esses produtos são comercializados, converse com especialistas sobre o assunto e até mesmo que agende a visita de um profissional habilitado a apresentar sugestões capazes de salvar o pedaço de chão a que tanto carinho dedica.

3.3.3 A COGNIÇÃO ALÉM DA REPRESENTAÇÃO: O MODELO DE AÇÃO DO REALISMO CRÍTICO

O realismo crítico é uma perspectiva filosófica cuja principal preocupação reside em corrigir a tendência do pensamento filosófico ocidental em supervalorizar a epistemologia, o conhecimento que formulamos sobre o mundo, em detrimento da ontologia, o real a ser conhecido (Bhaskar, 1975). Uma das consequências do acolhimento da premissa do realismo ontológico depende da admissão de que a realidade é estratificada. Os realistas críticos sugerem a necessidade de postular três domínios para entendermos qualquer dimensão de estudos da realidade: o empírico, o atual e o real. Conforme acentuamos previamente, os estudos mais atuais sobre a cognição social enfatizam a importância da ação humana e julgamos que o modelo de ação social do realismo crítico (Danermark, Ekström, Jakobsen, & Karlsson, 1997), além de contribuir para alcançar este desiderato, pode ser interpretado como compatível com a concepção estratificada da realidade, pois postula quatro domínios a serem considerados:

- a biosfera e as transações com o mundo material;
- as singularidades corporificadas;
- as estruturas sociais distribuídas no tempo e no espaço; e
- o campo das relações entre as pessoas.

As relações entre os quatro domínios e entre estes e algumas áreas particulares de desenvolvimento atuais dos estudos centrados na temática da cognição social estão representadas na Figura 13.

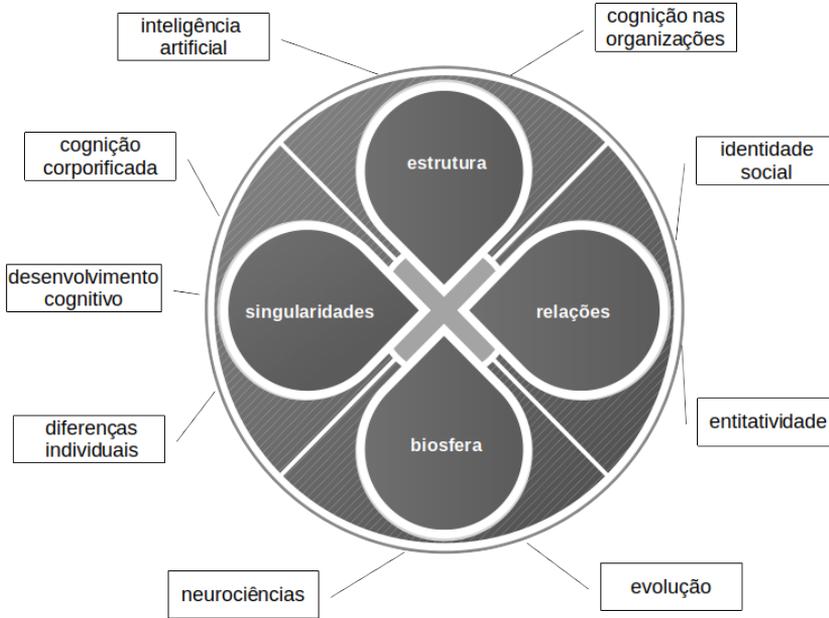


Figura 13 – Interconexões entre o modelo da ação social e os domínios de estudos da cognição social.

Conforme assinalado na apresentação dos princípios da cognição socialmente situada, o agente cognitivo habita uma biosfera e estabelece inúmeras transações materiais com contexto em que vive (De Jaegher, 2009; Fiedler, 2007). Depreende-se daí que os desafios representados pelas condições ecológicas não devem ser desprezados no estudo da cognição social, especialmente no que concerne aos domínios da corporeidade e aos contextos situacionais (Meagher, 2020). Estudos sob a perspectiva da psicologia evolutiva acentuam, a partir de pesquisas conduzidas com primatas, uma convergência de respostas face a pressões ambientais semelhantes, assim como um amplo leque de respostas face às imposições representadas pelos desafios oriundos de ambientes muito díspares (Boesch, 2012). Os estudos sobre as ilusões evidenciam que estas dependem, em larga medida, das condições ecológicas, pois pessoas que vivem em florestas fechadas, sem muita experiência com a visualização de ângulos retos, tais como os encontrados em fachadas e telhados de casas e edifícios, não se encontram tão sujeitos à ilusão de Muller-Lyer quanto os que convivem com este tipo de experiência. Uma longa trajetória evolutiva das condições ecológicas impostas pela vida na superfície terrestre impuseram uma série de condicionantes ao desenvolvimento da estrutura neural humana, restringindo o modo pelo qual percebemos e conhecemos o mundo em que vivemos.

A biosfera é habitada por agentes individuais, com características singulares e marcados pelas vicissitudes de uma biografia única. Esses não devem ser entendidos, no entanto, como entidades incorpóreas abstratas, pois eles, além de carregarem em si diferenças ostensivas no plano das características subjetivas e de personalidade, também estão revestidos por uma corporeidade que define as marcas registradas das

suas biografias. Ainda que convivam em um mesmo espaço compartilhado na biosfera, as atividades cognitivas de uma criança de 7 anos não se confundem com as de um adolescente ou as de um adulto. Uma maior ou menor maturidade biológica e as imposições das distintas etapas de desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial impõem diferenças em relação à maneira pela qual as tarefas que dependem da cognição social são realizadas. Supor que as cognições estão intrinsecamente associadas com as corporeidades nos obriga a admitir que a maneira pela qual percebemos e obtemos conhecimento sobre as outras pessoas é inseparável do reconhecimento de que estas também ostentam corporeidades singulares e que a estas se encontram associadas a percepções e crenças particulares, bem como aos limites e potencialidades concernentes às perspectivas e possibilidades de ação (Archer, 2000; Cromby, 2015; Loersch & Payne, 2011).

Os agentes singulares que ocupam uma determinada posição na biosfera estabelecem relações entre si. A literatura psicossocial tradicionalmente tem documentado inúmeros dispositivos cognitivos ativados durante as relações interpessoais, a exemplo da percepção do outro, da atribuição da causalidade, do altruísmo e dos contatos entre os pares, bem como os que podem ser caracterizados como intergrupais, a exemplo dos conflitos grupais, os vieses de favorecimento endogrupal, a desqualificação do exogrupo e a entitatividade (Hamilton & Sherman, 1996; Tajfel & Turner, 1986).

Um quarto e último estrato do modelo do quadriplano da ação social depende do entendimento de os agentes singulares estabelecerem inúmeras transações materiais com a biosfera e constituir relações cada vez mais complexas com os outros entes singulares. Os artefatos e objetos, mesmo os de utilização mais simples, possuem uma história social, e a utilização que deles fazemos está diretamente relacionada não apenas com o contexto social no qual eles se inserem; mas, sobretudo, com as interações sociais em que eles encontram os seus locais privilegiados. As relações entre os indivíduos singulares, os artefatos encontrados na biosfera e as interações sociais encontram a sua expressividade na cultura (Tomasello, Carpenter, Call, Behne, & Moll, 2005). O entendimento clássico dos estudos sociocognitivos de que a tarefa da cognição era o de apreender os estados mentais do outro de maneira a melhor prever as suas ações e condutas deve ser reinterpretada à luz da admissão de que a compreensão das ações do outro ocorre em um contexto no qual indivíduos singulares corporificados estabelecem relações entre si, trocas materiais com a biosfera, identificam padrões que se estabelecem no plano das relações sociais e conduzem inúmeras narrativas a respeito do que está ocorrendo com eles mesmos durante as suas relações com os outros e sobre os destinos da sociedade em que vivem (Hutto, 2008). O papel das estruturas sociais e de como essas diferentes narrativas são mobilizadas para oferecer sentido ao mundo, pode ser identificado em estudos sobre a cognição nas organizações e em pesquisas a respeito de temas especializados, como a da confiança nas instituições.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Tal como expresso no capítulo que publicamos na primeira edição do presente manual, reafirmamos o nosso ponto de vista de que toda e qualquer teoria está condenada a se tornar anacrônica. Em um determinado momento ela será substituída por uma outra, capaz de organizar melhor o corpo de conhecimento firmemente estabelecido, integrar evidências até então vistas como contraditórias, abrir veredas no âmbito de testes de hipóteses cada vez mais inovadoras e apontar novas direções de investigação.

O prazo de validade das teorias atuais continua difícil de estabelecer. O conhecimento psicológico não parece ser um campo muito apropriado para as especulações futuroológicas, mesmo porque muitas questões ainda precisam ser consideradas antes de se alcançar uma versão da psicologia social capaz de integrar os novos achados em uma perspectiva consensual.

O conhecimento ofertado pela cognição social oferece a chance de identificar alguns dos problemas mais prementes com os quais a psicologia social se defronta. Isso não significa, no entanto, que cada abordagem teórica constrói uma realidade particular correspondente ao seu plano de investigação. O mundo existe por si mesmo, é composto por entes concretos, que se organizam sob a forma de sistemas e estes se encontram em constante transformação. A realidade pode ser conhecida, mas apenas de forma parcial, imperfeita e de modo gradual. As operações do conhecimento estão sujeitas a erros, embora estes possam ser corrigidos. A cooperação, e algumas vezes a competição, entre as diversas abordagens teóricas pode ser considerada um fator decisivo para o desenvolvimento de qualquer campo de conhecimento.

Acentuamos a importância do reconhecimento da noção de interconexões, ao lado do reconhecimento da filosofia do realismo crítico, como um caminho possível para fazer frente a este desafio. A abordagem transativista do realismo crítico, ao reconhecer o conhecimento como socialmente construído, contribui para entender a complexidade dos desafios a serem enfrentados pela ciência contemporânea e, por extensão, pelos estudos orientados pela perspectiva da cognição social. Um desses desafios se refere ao acolhimento dos princípios da ciência aberta (*open science*). Esse movimento postula um critério fundamental a ser acatado nos afazeres científicos, o princípio da transparência, cujas manifestações ocorrem em diversas dimensões:

- a transparência em relação aos insumos de pesquisa, o que convida o pesquisador a registrar as suas pesquisas em plataformas de código aberto, a exemplo do GitHub ou da OSF;
- a transparência em relação aos pressupostos do trabalho, hipóteses e recursos técnicos de tratamento de dados, que devem ser publicizados nas plataformas de ciência aberta antes da coleta de dados;
- a transparência em relação à auditoria dos dados, que demanda a visibilidade pública das bases de dados, dos códigos de registro, *scripts* e modelos de análise dos dados empíricos;

- a transparência em relação ao compartilhamento e à replicabilidade, o que demanda do pesquisador o compromisso em oferecer facilidades no que concerne à acessibilidade aos dados e instrumentos, bem como a oferta de indicadores para que as hipóteses e estudos possam ser replicados por outros pesquisadores; e
- a transparência em relação à comparabilidade, pois o relato do pesquisador deve oferecer indicadores, a exemplo do tamanho do efeito, medidas de tendência central, dispersão e erro, a serem facilmente incluídos em revisões sistemáticas da literatura, particularmente no que concerne aos esforços em direção aos estudos de metanálise.

Finalizaremos o presente capítulo acentuando um outro enorme desafio a ser enfrentado nos estudos orientados pela perspectiva da cognição social a partir do momento em que a ação se torna uma categoria central de análise. A ação social dificilmente é descompromissada; imperativos éticos, políticos e humanos impelem que a perspectiva valorativa deva ser considerada cuidadosamente pelos estudiosos. Se as admoestações apresentadas no parágrafo anterior nos posicionam frente ao domínio do intransitivo, torna-se necessário complementá-las com os cuidados associados com um entendimento fundamentado na perspectiva transitivista. O conhecimento que alcançamos é socialmente determinado e devemos cuidadosamente refletir sobre estas determinações. O reconhecimento de que a cognição social envolve algo muito mais complexo do que formular representações computacionalmente consistentes acerca do ambiente em que vivemos e das pessoas com quem nos relacionamos exige que reflitamos vigorosamente sobre o sentido das nossas ações. Algumas delas podem ser descompromissadas e os seus efeitos podem se esvaír passadas um par de horas. Outras ações são mais consistentes e nos colocam frente a importantes decisões sobre o nosso lugar no mundo e a maneira pela qual interagimos com as outras pessoas. Uma perspectiva estritamente ambiental nos coloca frente aos temores de que algo precisa ser feito para inibir os desenvolvimentos atuais que parecem apontar para uma intensa degradação das condições ecológicas do nosso planeta. Essa, no entanto, é apenas uma das preocupações relacionada com as nossas ações. Precisamos ir além; devemos reconhecer que vivemos em um mundo desigual e injusto. Isso representa dizer que as nossas ações não podem ser descompromissadas desse duplo ideal, pois a única forma de salvar o planeta em que vivemos pode ser a de encontrar uma maneira de viver pacificamente em um mundo justo e civilizado.

GLOSSÁRIO

Avaro cognitivo: Perspectiva teórica que trata o ser humano como um agente cognitivo com recursos limitados de processamento da informação.

Cognição social: O estudo dos processos cognitivos subjacentes às interações entre as pessoas.

Heurísticas: Atalhos que facilitam a adoção de formas menos rebuscadas de raciocínio, que embora possam se manifestar de forma eficiente e frugal, também pode levar a erros de avaliação e julgamento.

Modelo informático da mente: Perspectiva teórica fundamentada na comparação entre o processamento da informação entre humanos e computadores pessoais.

Taticamente motivado: Perspectiva teórica que enfatiza a importância dos fatores motivacionais e afetivos no processamento da informação.

Teoria da mente: Suposição de que o ser humano, por ser dotado de estados e processos mentais, é capaz de antecipar os pensamentos e prever as ações e coordenar as próprias condutas com as de outras pessoas.

Material complementar

Os automatismos estão belamente expostos na obra cinematográfica *Tempos modernos* (1936), dirigido e interpretado por Charles Chaplin, assim como expostos, em um contexto de crítica social, em *Robocop* (2014), dirigido por José Padilha.

O enfrentamento do incomum e do inesperado está bem documentado nas produções cinematográficas *O dia em que a terra parou* (versões de Robert Wise, 1951, e de Scott Rerrickson, 2008).

As relações entre os seres humanos e a modernidade tecnológica podem ser entrevistadas na comédia *Meu tio* (1958), dirigido e interpretado por Jacques Tati.

Os efeitos das heurísticas podem ser observados nas denominadas comédias de erros, entre as quais podem ser destacadas *O dia perfeito* (Mitch House, 2004) e *Quero matar meu chefe* (Seth Gordon, 2011).

A noção de cognição distribuída se encontra bem representada nos inúmeros episódios da série *Profissão Perigo* (1985-1992), no qual o herói MacGyver (Richard Dean Anderson) utiliza os recursos disponíveis no ambiente para assegurar a sobrevivência.

A cognição corporificada pode ser representada em inúmeros filmes de ficção científica, entre os quais podem ser destacados *Blade Runner*, o caçador de andróides (Ridley Scott, 1982), *O exterminador do futuro* (James Cameron, 1984) e *A extinção* (Ben Young, 2018).